

TED 15.303 – SEB/MEC e IPEA
RELATÓRIO FINAL DO PRODUTO 1 DA META 3

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O FUNDEB: O QUE AS
PESQUISAS DIZEM?**

INTRODUÇÃO

Como parte das produções a serem desenvolvidas no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) 15.3030 firmado entre o IPEA e a Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), encontram-se aqueles que se destinam ao cumprimento da Meta 3: “Produzir 6 (seis) estudos e 4 (quatro) notas técnicas sobre políticas de financiamento da educação básica, com ênfase no período de 2021-2026”. O primeiro dos produtos previstos é o relatório que ora se apresenta, que contém o Estado da arte da produção técnica, acadêmica e científica sobre o financiamento da educação básica no período de 2007 até a atualidade.

Para atender aos objetivos propostos, foram produzidos dois relatórios parciais: um primeiro, contendo o Estado da Arte das teses e dissertações sobre financiamento da educação básica produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros; e um segundo, a partir dos interesses manifestos da SEB/MEC sobre as discussões existentes na literatura internacional sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Em adição, também se produziu o *policy brief* Educação em Evidência nº 2. O presente relatório conta com as três produções consolidadas, que indicam elementos importantes presentes na literatura nacional e estrangeira capazes de subsidiar as análises e discussões das demais metas que compõem a Meta 3.

A primeira produção identificou 614 teses e dissertações produzidas entre 2007 e 2024 em programas de pós-graduação brasileiros, distribuídas em 18 categorias temáticas. Esse estado da arte evidenciou um crescimento expressivo das pesquisas a partir de 2018, majoritariamente originadas nos programas de educação, e apontou tanto a diversidade

de enfoques quanto lacunas ainda existentes, especialmente em relação aos custos educacionais, às políticas de austeridade e à análise crítica da implementação do Fundeb permanente. O *policy brief* resume esse relatório em um texto curto e de fácil leitura.

Em paralelo a esse esforço nacional, emerge a indagação acerca de como o Fundeb tem sido tratado na produção internacional. O segundo estudo buscou justamente mapear essa presença em bases de dados científicas e em relatórios de organismos internacionais. O levantamento identificou 129 trabalhos publicados entre 2007 e 2024, a maior parte deles de caráter técnico e produzidos por instituições multilaterais, como Unesco, OCDE e Banco Mundial. Embora a maioria das referências ao Fundeb apareça de modo periférico, como componente de análise ou mera citação, alguns estudos se dedicam especificamente à política, ressaltando seu papel redistributivo e seus impactos na ampliação do acesso à educação básica e na redução das desigualdades regionais de financiamento.

Ao colocar em diálogo essas duas produções — a análise sistemática da produção acadêmica nacional e a revisão da literatura internacional — é possível observar a centralidade do financiamento educacional como objeto de investigação, mas também a assimetria entre os olhares internos e externos sobre a temática. Destaca-se o esforço da academia brasileira em explorar diferentes dimensões do financiamento e seus efeitos sobre a política educacional, sendo que a literatura internacional produzida especificamente sobre o Fundeb o reconhece mais como referência contextual ou exemplo ilustrativo, ainda que seja possível encontrar debates pontuais que aprofundam a discussão sobre o assunto. Essa constatação reforça a importância de ampliar a circulação do conhecimento produzido no Brasil e de fortalecer o diálogo internacional, de modo que as experiências nacionais possam ser compreendidas em sua complexidade e contribuam para o debate global sobre financiamento e equidade educacional.

RELATÓRIO PARCIAL DO PRODUTO 1 DA META 3

ESTADO DA ARTE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2007-2024)

Barbara Cristina Hanauer Taporosy
Doutora Bolsista – Disoc

Adriano Souza Senkevics
Técnico de Planejamento e Pesquisa - Disoc

SINOPSE

A educação é um direito social constitucional, que se constitui em um dever do Estado e deve ser garantido a todos. Sua concretização demanda a implementação de políticas públicas, inserindo a educação na disputa pelo fundo público. Nesse sentido, o texto constitucional não prevê apenas a garantia do direito, mas também mecanismos que asseguram seu financiamento, como a vinculação da receita de impostos para aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, a contribuição social do salário-educação e as políticas de fundos. A lei infraconstitucional também prevê outras fontes de financiamento, como os royalties do petróleo e o fundo do pré-sal. Tendo em vista a relevância do tema para a concretização das políticas educacionais, as pesquisas acadêmicas vêm se debruçando sobre discussões acerca do financiamento educacional. Assim, o objetivo da pesquisa é realizar um Estado da Arte em teses e dissertações produzidas no período de 2007 a 2024 no Brasil sobre o financiamento da educação básica. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma coleta das produções constantes do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Com a leitura do título e dos resumos dos trabalhos, foi organizado um banco contendo 614 produções acadêmicas discentes dos programas de pós-graduação nacionais. Os trabalhos foram organizados em 18 categorias

temáticas de acordo com o objeto e tema que compõe o foco de análise da produção. Foi possível identificar um aumento nas produções entre os anos de 2018 e 2019; que as produções são predominantemente advindas de programas de pós-graduação em educação; bem como que há uma amplitude temática dentre os trabalhos analisados. Contudo, ainda há necessidade de pesquisas que aprofundem as discussões sobre os custos educacionais, as políticas de austeridade, mecanismos de controle da correta aplicação de recursos, novos mecanismos do Fundeb permanente e implementação do CAQ/CAQi.

Palavra-chave: educação básica; políticas educacionais; financiamento da educação básica; estado da arte.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88). Enquanto dever do Estado, o texto constitucional preceitua diversas garantias que estão sob sua responsabilidade, dentre as quais se encontram não apenas a garantia de acesso à escolarização nas diversas etapas da educação básica, mas também relacionadas às condições dessa oferta. A previsão da atuação estatal nesse direito demanda, em contrapartida, políticas públicas para sua concretização. Para isso, se faz necessária a garantia de recursos públicos, colocando a educação na disputa pelo fundo público com outros direitos e responsabilidades do Estado.

A CF/88 prevê não apenas o dever do Estado, mas também mecanismos que garantem o financiamento educacional, com destinação de verbas específicas para seu cumprimento. O texto constitucional determina que a União não poderá aplicar menos de 18% e os estados e municípios menos de 25% de suas receitas resultantes da arrecadação de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), conceito esse disciplinado pelo art. 70 da Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Isso significa que esse percentual vinculado dos orçamentos públicos deverá obrigatoriamente ser destinado a despesas com remuneração e capacitação dos profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações; uso e manutenção de bens; pesquisas e estudos que visam o aprimoramento da qualidade e expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão

de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender às outras despesas com MDE; aquisição de material didático e manutenção de programas de transporte escolar.

Conforme Tomasevski (2001), o Brasil é um dos poucos países no mundo que possui o mecanismo de vinculação orçamentária para investimento em educação. Pinto (2018) indica que a vinculação orçamentária trouxe como consequência imediata a ampliação de recursos disponíveis para a área, especialmente considerando que esse mecanismo inexistia no período da ditadura militar. O mesmo autor ressalta que a previsão de que os recursos só podem ser aplicados em MDE é uma consequência lógica do mecanismo, uma vez que, se há vinculação, é necessário estabelecer exaustivamente quais despesas fazem jus aos recursos. Cabe ressaltar, ainda, como consequência do mecanismo as estratégias da União de ampliação de sua arrecadação por outras fontes tributárias que não os impostos - o que realizou por meio da instituição de novas contribuições e ampliação das alíquotas existentes (Pinto, 2018).

Para além da vinculação orçamentária, a CF/88 prevê outras receitas que se destinam ao financiamento educacional: as provindas do salário-educação – contribuição paga pelas empresas aos cofres públicos, com base em seus salários de contribuição, cuja aplicação não possui vinculação a MDE, mas devem ser aplicadas em programas, projetos e ações voltados para a educação básica – e outras contribuições eventualmente instituídas pela União com destinação à área.

A repartição da arrecadação de tributos entre os entes federados, seguindo o molde constitucional, resulta na distribuição desigual do bolo tributário entre União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios. Por consequência, os entes federados possuem diferentes capacidades financeiras, o que resulta em uma desigualdade horizontal e vertical em relação a essas capacidades. Essas desigualdades decorrentes da estrutura tributária brasileira se refletem no desequilíbrio do financiamento educacional no país, marcado pela grande diversidade nos recursos disponíveis por aluno entre diferentes regiões, bem como entre as redes municipal e estadual dentro de uma mesma região (Pinto, 2018).

Em 1996 foi editada a Emenda Constitucional (EC) 14/1996, instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

(Fundef), que ficou em vigência até o ano de 2006. Em 2007, entra em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que neste texto trataremos como Fundeb transitório, instituído pela EC 53/2006, que vigorou até o ano de 2020. E, por meio da EC 108/2020 constitucionalizou-se de forma permanente o Fundeb, sem prazo de vigência, contando com novos mecanismos de redistribuição (Gutierrez; Farenzena, 2024). Outra alteração realizada no texto constitucional diz respeito à cota-parte repassada dos estados aos municípios referente ao ICMS: a previsão original da CF/88 indicava que 35% desses valores deveriam ser aplicados de acordo com disposições de lei estadual própria. Com a EC 108/2020, passa a ser obrigatória a destinação de 10% desta cota-parte em função de indicadores de resultados educacionais com atenção às desigualdades.

Para além desta ampla engenharia constitucional no que concerne ao financiamento da educação básica, o arcabouço infraconstitucional também conta com outros mecanismos de financiamento, como os royalties do petróleo e fundos do pré-sal, disciplinados pela Lei 12.858/2013; recursos advindos das loterias federais, nos termos da Lei 13.756/2018; meta de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) fixada pela lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência até dezembro de 2025); além de outras regulamentações, bem como leis próprias de estados e municípios.

Dada a complexidade do financiamento educacional no Brasil, composto por diversas fontes de recursos, é necessário também compreender como o mesmo vem sendo aplicado para a garantia do direito à educação. Nesse sentido, há diversas pesquisas acadêmicas que vêm se debruçando sobre o tema nas últimas décadas, buscando compreender não apenas os mecanismos, mas também sua aplicação e seus efeitos nas diversas redes de ensino, na ampliação do acesso com condições adequadas de oferta e nos resultados educacionais.

Assim, o objetivo do presente relatório de pesquisa é apresentar o Estado da Arte de teses e dissertações sobre financiamento da educação básica no Brasil, produzidas no período entre os anos de 2007 e 2024, como um dos produtos desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) e o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB).

O presente trabalho se justifica pela ausência de levantamentos de revisão da literatura por meio das teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação no país, com a amplitude ora proposta. Em busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados sete trabalhos que objetivavam a realização de uma revisão da literatura sobre financiamento da educação.

Destes trabalhos, dois focam em análises de periódicos na área da educação, sendo um voltado a dois periódicos específicos e suas publicações realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 (Ferreira, 2017) e outro, de artigos indexados do Portal de Periódicos da CAPES, com a seleção dos trabalhos resultantes de estudos de Programas de Pós-Graduação com notas 6 e 7 na avaliação da CAPES (Gomes, 2020). Ainda, um trabalho se volta à análise da circulação de saberes sobre financiamento no mercado editorial e, portanto, debruça-se sobre a produção de livros para cursos de formação de professores (Yanaguita, 2008).

Os outros três trabalhos encontrados realizam revisões da literatura sobre o financiamento educacional olhando para aspectos específicos: um, sobre a remuneração do magistério da educação básica no contexto das políticas de fundos (Freire, 2017); outro, sobre o financiamento da educação especial (Rocha, 2024); um terceiro, sobre os impactos do financiamento na gestão da educação básica (Yanaguita, 2013); e o último, sobre a qualidade da alocação dos recursos em educação e, também, na área da saúde (Alves, 2023).

Ainda, foi realizada uma pesquisa exploratória no Portal de Periódicos da Capes, com o uso dos descritores “educação”, “financiamento” e “revisão”, que retornou 215 resultados. Filtrando-se os resultados por ano de publicação, considerando apenas a produção da última década, resultaram 190 trabalhos. Após a leitura dos títulos e resumos, selecionaram-se apenas os trabalhos cujo objeto era diretamente relacionado ao financiamento da educação básica, tendo como metodologia principal a revisão da literatura. Não foram, portanto, selecionados trabalhos nos quais o financiamento da educação era tratado de forma marginal, que dissessem respeito à educação superior ou que tratassem de outras políticas setoriais que não as educacionais.

Foram selecionados 14 trabalhos. Destes, dois possuíam como temática principal o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Katrib, et. al, 2023; Moraes, Silva e Pinho, 2024); outros dois trabalhos realizavam revisões de literatura sobre o Fundeb (Santos, Nogueira, 2021; Franco, 2023). Alguns estudos fazem revisões mais gerais sobre financiamento da educação, com olhar voltado especificamente às produções dos programas de pós-graduação em educação na região nordeste do Brasil (Duarte, Cruz, 2023); a trabalhos que analisam a gestão e o financiamento da educação (Santos, Nogueira, 2021); a programas específicos de financiamento (Silva, et.al., 2023); ou aos efeitos do neoliberalismo sobre as políticas de financiamento (Farias, 2016).

Há outros estudos mais específicos que fazem revisões a fim de compreender a história do financiamento educacional no Brasil (Alves, Magalhães, Nascimento, 2023); a importância do financiamento para a implementação do sistema nacional de educação (Amorim, 2018); a privatização da educação (Santos, Neto-Mendes, 2022) e sobre a meta 17 do PNE de 2014 e a remuneração docente (Pereira, Alves, 2015), e uma revisão sistemática da literatura estrangeira a fim de identificar as relações entre financiamento e resultados educacionais (Silva Junior; Alves, 2024).

Portanto, não foram encontrados estudos que façam uma análise ampla de todas as teses e dissertações produzidas no Brasil sobre a temática do financiamento educacional, o que demonstra a relevância do presente estudo. Saliente-se que a escolha de analisar apenas teses e dissertações se dá pela ausência de estudos amplos que analisem especificamente estas produções, uma vez que a maior parte das revisões adota como o escopo os periódicos acadêmicos. Alie-se a isso o fato de que as pesquisas realizadas no âmbito de Programas de Pós-Graduação têm uma grande participação nas investigações realizadas no Brasil (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020).

Por fim, destaca-se que Davies (2020) realizou um levantamento bibliográfico de textos sobre financiamento da educação produzidos entre os anos de 1988 e 2015 no Brasil, contando com livros, artigos, teses, dissertações e outros estudos. Contudo, o trabalho, além de não abarcar todo o período temporal ora proposto, constitui-se em um levantamento, que não busca

realizar uma análise ou categorização das produções encontradas, o que o diferencia do ora realizado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho é a revisão bibliográfica das teses e dissertações produzidas no Brasil entre os anos de 2007 e 2024, para a constituição de um *Estado da Arte*. O Estado da Arte se apresenta como um “esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência” (Dayrrel; Carrano, 2009, p. 7). Para que uma pesquisa denominada Estado da Arte seja confiável, é necessário o estabelecimento de um recorte claro de investigação, bem como das fontes e do tratamento realizado (Sposito, 2009).

Nesse sentido, o recorte da investigação se dá na identificação da produção discente realizada no âmbito dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, por meio da coleta de teses e dissertações elaboradas sobre a temática do financiamento da educação básica e que tenham sido produzidas no período de 2007 a 2024.

A escolha de estabelecer a pesquisa em torno da produção discente se deu pelo “pressuposto de que parte importante, e não muito visível, da produção de conhecimento no país se desenvolveu e ainda se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação” (Sposito, 2009, p. 11), além da ausência de trabalhos presentes na produção científica que se dediquem à realização deste tipo abrangente de investigação, como discutido previamente.

O recorte temporal da pesquisa foi fixado no início da vigência do Fundeb transitório, que se constitui em um marco do exercício da função redistributiva e supletiva da União, ainda que não se afigure suficiente para garantia da equidade entre os entes federados (Pinto, 2018). Portanto, permite identificar em que medida o tema passa a ser abordado nas pesquisas acadêmicas, que podem se constituir em fonte de informações sobre os efeitos das diferentes fontes de financiamento educacional no país.

Ademais, o recorte foi estabelecido de forma ampla para permitir coletar a maior quantidade de teses e dissertações cujo escopo fosse o do financiamento da educação básica,

não se estabelecendo quaisquer limitações quanto à área do conhecimento das produções a serem investigadas. Não foram coletados trabalhos que discutissem o financiamento da educação superior.

A fonte dos dados foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A escolha da fonte se deu por se tratar da ferramenta que consolida as “informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação no país” (Capes, 2024). Atualmente, os dados constantes no catálogo são oriundos da Plataforma Sucupira (Capes, 2025a), uma plataforma vinculada ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), para realização da coleta de dados sobre os cursos de Pós-Graduação. O Catálogo é o repositório dos dados coletados pela Plataforma.

Isso dá segurança à escolha da fonte, uma vez que o preenchimento correto dos dados exigidos pela Plataforma Sucupira, dentre os quais se encontram os relacionados à produção discente para conclusão dos cursos de Pós-graduação – teses e dissertações – é requisito para a avaliação dos programas, necessária para garantia de sua permanência (Capes, 2025b).

Para a coleta, primeiramente foram utilizados como descritores de busca “financiamento” e “educação”. Após, realizou-se uma consulta ao Thesaurus Brasileiro da Educação, identificando-se os termos genéricos, associados à temática, “alocação de recursos” e “economia da educação”. Assim, houve nova consulta ao Catálogo, utilizando-se os descritores “economia da educação”, bem como “alocação de recursos” e “educação”.

A partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles cujo escopo de análise era o financiamento da educação ou nos quais este compunha uma categoria central de discussão no trabalho. Não foram selecionados trabalhos com menções pontuais acerca do tema, sem que houvesse uma discussão ou análises específicas¹. Os trabalhos selecionados foram baixados para a composição do banco de análise que subsidia a presente pesquisa.

¹ Nestes casos encontram-se trabalhos nos quais as conclusões ressaltam a necessidade de ampliação do financiamento, ou o mesmo é citado como um elemento relevante na introdução ou discussões realizadas, mas sem que contenham quaisquer análises ou debates sobre o financiamento da educação básica.

Ainda, há casos posteriores a 2012 nos quais os trabalhos completos não estavam disponíveis para acesso no Catálogo². Nesses casos, o trabalho foi incluído no banco e devidamente considerado na análise, mas apenas com o salvamento de seu resumo, sem acesso ao texto completo³.

A opção de leitura apenas dos títulos e resumos dos trabalhos, embora não seja isenta de críticas no âmbito da produção de um Estado da Arte (Sposito, 2009), se afigura como uma escolha viável, tendo em vista que são as seções dos trabalhos acadêmicos que “informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam” (Ferreira, 2002, p. 268).

Ferreira (2002), indica que as pesquisas denominadas Estado da Arte, que buscam a organização de trabalhos visando a “quantificação e identificação de dados bibliográficos” (Ferreira, 2002, p. 265), podem ser realizadas pela leitura apenas dos resumos. Contudo, o desafio que se afigura é maior quando se busca encontrar padrões ou lacunas nas produções, por exemplo, em relação à temática – como se busca realizar no presente caso – havendo limitações nesta escolha metodológica, como a incompletude dos resumos, a ausência de padronização e a insegurança nas informações prestadas.

O Catálogo apresenta informações acerca da autoria, do programa ao qual o trabalho é vinculado, ano da defesa, resumo do trabalho, orientador, informações sobre financiamento e vinculação a pesquisas ou grupos de pesquisa específicos, bem como link para acesso ao trabalho completo. Contudo, trabalhos defendidos anteriormente à implementação da Plataforma Sucupira – ou seja, ao ano de 2012 (Capes, [S. D.]) -, muitas vezes, contemplam apenas a referência completa do trabalho, sem nenhuma outra informação. Nesses casos, com a leitura dos títulos dos trabalhos, foi realizada uma busca dos textos por meio do *Google* e nos sítios institucionais dos Programas de Pós-Graduação correspondentes. Caso o trabalho completo ou ao menos seu resumo fosse encontrado, o mesmo passou a constar no banco de

² O envio dos arquivos das teses e dissertações pelos Programas de Pós-Graduação à Plataforma Sucupira é obrigatório. Contudo, é possível não autorizar sua disponibilização para consulta pública (Sucupira, [S. D.]). Há ainda casos nos quais o arquivo disponibilizado trata-se da ata de defesa ou outros documentos administrativos e não os textos das produções. Nessas situações, os trabalhos completos também foram buscados via *Google* ou nos sítios dos Programas correspondentes.

³ Do total de trabalhos coletados, apenas 36 possuem somente o resumo disponibilizado, o que corresponde a 5,86% do total de produções analisadas.

dados construído. Nos casos em que nem mesmo essa informação estava disponível, houve registro das informações, mas o mesmo foi excluído da análise⁴.

Foi construído, então, um banco contendo 614 trabalhos, organizados de acordo com as seguintes informações: título do trabalho; autoria; ano de produção; tipo de produção – se tese ou dissertação; área do conhecimento⁵; disponibilidade do trabalho – se resumo ou trabalho completo; a categoria em que o trabalho se encaixava; eventual subcategoria; se o trabalho analisava exclusivamente períodos anteriores a 2007; se apresenta a evolução de recursos ao longo do tempo; se apresenta novos mecanismos de financiamento; se discute o financiamento da educação infantil; ou se avalia resultados educacionais.⁶

Com a análise do título e dos resumos dos trabalhos, os mesmos foram agrupados em categorias temáticas, elaboradas considerando duas variáveis: a primeira, o objeto central de análise anunciado nos resumos; a segunda, o tema que compõe o foco da presente análise. Cada trabalho compõe exclusivamente uma categoria temática. Tendo em vista que essa opção se demonstrou insuficiente a atender a diversidade de temas e escopos presentes nas pesquisas encontradas, foram construídas subcategorias que permitiram uma melhor vinculação dos objetos identificados nas produções selecionadas. O quadro 1 a seguir apresenta a categoria principal, sua descrição e as subcategorias que as compõem.

⁴ A quantidade de trabalhos excluídos da coleta por essas condições é de 28 teses/dissertações.

⁵ Em relação ao campo “área do conhecimento”, há uma grande quantidade de denominação dos Programas de Pós-Graduação existentes no país. Assim, realizou-se um agrupamento dos trabalhos por área, a fim de facilitar a análise.

⁶ Esses temas foram enfatizados no levantamento bibliográfico em razão de manifesto interesse da SEB/MEC em atentar para trabalhos que versam sobre tais objetos.

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continua

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Análise das produções	Trabalhos que realizem estados da arte, estados do conhecimento ou análise sobre produções e circulação de produções sobre a temática do financiamento da educação básica.	-	-
Fontes de Financiamento	Trabalhos que analisam as fontes de financiamento específicas presentes no ordenamento jurídico brasileiro. Não se incluem aqui trabalhos cujo objeto de análise seja o Fundeb ou Fundef, que compõem categorias de análise próprias.	Vinculação Constitucional e MDE	Trabalhos que se voltam para a análise do investimento em educação respeitando a vinculação constitucional e aplicação em despesas com MDE.
		Salário-educação	Trabalhos que analisam os recursos advindos da contribuição do salário-educação.
		PIB	Trabalhos que discutem a necessidade de que o investimento em educação esteja atrelado ao Produto Interno Bruto (PIB).
		Royalties do Petróleo	Trabalhos que analisam a vinculação de royalties do petróleo ou do fundo do pré-sal para o financiamento da educação básica.
Elaboração das políticas de financiamento	Trabalhos que discutem a formação das políticas e as influências existentes em sua construção. Não contempla os trabalhos que analisam exclusivamente a elaboração do Fundeb.	-	-
Relações Federativas	Trabalhos que discutem as relações entre os entes federados, de forma mais ampla, no financiamento da educação. Inclui trabalhos que analisam as capacidades financeiras dos entes federados.	Função Redistributiva e Supletiva	Trabalhos que façam análises focadas na função redistributiva e supletiva da União, não se limitando às políticas de fundos.
		Capacidades de financiamento	Trabalhos que fazem a análise da capacidade de financiamento dos entes federados.
		Descentralização	Analisam políticas financeiras de descentralização do financiamento, bem como seus efeitos na gestão escolar.
		Regime de colaboração	Trabalhos que apresentam o regime de colaboração entre os entes federados nas políticas de financiamento.

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continuação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Fundef	Trabalhos que fazem a análise do Fundef e seus efeitos no financiamento da educação.	-	-
Fundeb	Trabalhos que fazem a análise do Fundeb e seus efeitos no financiamento da educação. Trabalhos que discutem o Fundef e o Fundeb encontram-se nesta categoria. Todo e qualquer trabalho cujo objeto de análise seja o Fundeb está incluído nesta e não em outras categorias existentes.	Condicionalidades do VAAR	Trabalhos que discutem as condicionalidades do VAAR, instituído no Fundeb permanente.
		Controle social ou por órgãos de controle	Trabalhos que analisam a atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef ou do Fundeb ou outros mecanismos de controle sobre as políticas de fundos.
		Cooperação federativa	Trabalhos que analisam a relação entre os entes federados no âmbito das políticas de fundos.
		Efeitos em etapas e modalidades	Trabalhos que buscam avaliar os efeitos do Fundeb nas diversas etapas ou modalidades da educação básica, em relação à expansão de vagas, universalização, etc.
		Efeitos nas redes de ensino	Aqui se encontram trabalhos que buscam avaliar os efeitos do Fundeb não apenas em uma etapa ou modalidade educacional, mas sim no âmbito do financiamento das redes de ensino, como um todo.
		Efeitos redistributivos	Trabalhos voltados à análise dos efeitos redistributivos do Fundeb, incluindo aqueles que avaliam os efeitos na equalização/redução das desigualdades.
		Elaboração do Fundeb	Trabalhos que discutem os movimentos realizados para a elaboração do Fundeb, incluindo os debates legislativos e atores envolvidos na formulação da política.
		Evolução das políticas de fundos	Trabalhos que analisam como o Fundeb foi sendo implementado no decurso do tempo e seus efeitos no financiamento, de forma ampla.

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continuação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Fundeb	Trabalhos que fazem a análise do Fundeb e seus efeitos no financiamento da educação. Trabalhos que discutem o Fundef e o Fundeb encontram-se nesta categoria. Todo e qualquer trabalho cujo objeto de análise seja o Fundeb está incluído nesta e não em outras categorias existentes.	Impacto nos resultados	Trabalhos que analisam o impacto do Fundeb nos resultados educacionais, assim considerados a ampliação do acesso, condições de oferta e avaliações em larga escala.
		Privatização	Trabalhos que discutem a destinação de recursos do Fundeb para instituições privadas, pela via do conveniamento.
		Qualidade	Trabalhos que analisam os efeitos do Fundeb para a melhoria da qualidade da educação básica, incluindo trabalhos que discutem o Custo-aluno-qualidade (CAQ) e Custo-Aluno-Qualidade Inicial (CAQi).
		Valorização docente	Trabalhos que analisam os efeitos do Fundeb nas políticas de valorização docente, em especial na remuneração de profissionais da educação
Análise do financiamento da educação básica	Trabalhos que analisam o financiamento das diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo estudos de caso. Aqui se encontram os textos que não focam sua discussão nas políticas de fundos, mas sim na caracterização ampla do financiamento em determinadas etapas e modalidades educacionais ou em redes de ensino específicas.	Educação Básica	Trabalhos que focam a análise na educação básica como um todo, sem olhar para uma etapa ou modalidade específica.
		Educação especial	Trabalhos que discutem o financiamento da educação especial.
		Educação infantil	Trabalhos que discutem o financiamento da educação infantil.
		Educação no campo	Trabalhos que discutem o financiamento da educação no/do campo.
		Educação profissional e tecnológica	Trabalhos que discutem o financiamento da educação profissional e tecnológica (EPT).
		Educação de jovens e adultos	Trabalhos que discutem o financiamento da educação de jovens e adultos (EJA).

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continuação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Análise do financiamento da educação básica	Trabalhos que analisam o financiamento das diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo estudos de caso. Aqui se encontram os textos que não focam sua discussão nas políticas de fundos, mas sim na caracterização ampla do financiamento em determinadas etapas e modalidades educacionais ou em redes de ensino específicas.	Ensino Fundamental	Trabalhos que discutem o financiamento do ensino fundamental.
		Ensino Médio	Trabalhos que discutem o financiamento do ensino médio.
		Redes de ensino	Trabalhos que analisam o financiamento de determinadas redes de ensino.
		Tempo integral	Trabalhos que discutem o financiamento da educação em tempo integral, mas sem olhar para um único programa.
Gestão financeira	Trabalhos que discutem a gestão financeira dos recursos recebidos por escolas da educação básica.	-	-
Programas para a educação básica	Trabalhos que versam sobre programas específicos destinados ao financiamento da educação básica, como os geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou programas próprios desenvolvidos pelas redes de ensino de estados e municípios.	Alimentação escolar	Trabalhos sobre os programas para financiamento da alimentação escolar.
		Assistência estudantil	Trabalhos que analisam programas que financiam a assistência estudantil, especialmente no ensino médio e na educação técnica-profissional.
		Educação em tempo integral	Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação em tempo integral.
		Educação no campo	Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação no campo.
		Educação profissional e tecnológica	Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação profissional e tecnológica (EPT).
		PAR	Trabalhos que analisam o financiamento via Programa de Ações Articuladas (PAR).
		PDDE	Trabalhos que discutem o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continuação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Programas para a educação básica	Trabalhos que versam sobre programas específicos destinados ao financiamento da educação básica, como os geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou programas próprios desenvolvidos pelas redes de ensino de estados e municípios.	Proinfância	Trabalhos sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).
		Transporte escolar	Trabalhos que analisam programas que financiam o transporte escolar.
		Outros programas	Trabalhos que analisam outros programas de financiamento, além dos indicados nas demais subcategorias.
Financiamento externo	Trabalhos que analisam os processos de financiamento da educação por subsídios ou recursos de organismos multilaterais.	-	-
Pesquisa comparada	Trabalhos que analisam o financiamento de outros Estados exclusivamente ou de forma comparada ao financiamento educacional do Brasil.	-	-
Custos e gastos educacionais	Trabalhos que analisam o custo ou gasto aluno, fazendo o levantamento nas redes de ensino. Não se enquadram nesta categoria trabalhos que analisam CAQ ou CAQi, que são integrados a outras categorias.	-	-
Financiamento e qualidade	Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento para a promoção da qualidade da educação básica.	CAQ/CAQi	Trabalhos que discutem o CAQ/CAQi, sem a vinculação específica às políticas de fundos.
		Efeitos no IDEB	Trabalhos que avaliam os efeitos das políticas de financiamento nos resultados do IDEB.
		Eficiência da alocação de recursos	Trabalhos que avaliam a eficiência do gasto público e da gestão dos recursos em educação avaliando diversos indicadores, como o IDEB ou resultados de provas de proficiência ou de avaliações em larga escala.
		Efeitos na proficiência	Trabalhos que analisam a relação entre o gasto em educação e a melhoria dos resultados obtidos por estudantes nas avaliações de proficiência.

QUADRO 1

Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte

Continuação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Financiamento e qualidade	Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento para a promoção da qualidade da educação básica.	Efeitos em indicadores educacionais	Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento em diversos indicadores educacionais, como o IDEB, resultados de proficiência, SAEB, IDHM-Educação, etc. A diferença desta subcategoria com outras é que nestes trabalhos o foco de análise não reside em apenas um indicador, mas analisa uma série de indicadores, em um único trabalho.
		Efeitos em avaliações internacionais	Trabalhos que discutem as relações entre o financiamento e os resultados obtidos em avaliações internacionais, como o PISA.
Financiamento e desigualdades	Trabalhos que discutem as relações entre o financiamento da educação e as desigualdades. Estão nesta categoria tanto trabalhos que debatem as desigualdades de financiamento, quanto trabalhos que olham para os efeitos das políticas de financiamento nas desigualdades educacionais e sociais.	Desigualdades de financiamento	Trabalhos que analisam as desigualdades de financiamento entre os diferentes entes federados.
		Desigualdades educacionais	Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento nas desigualdades educacionais.
Valorização docente	Trabalhos que analisam o efeito das políticas de financiamento na valorização docente, notadamente na remuneração, condições de trabalho e carreira. Trabalhos que olham apenas para os efeitos de fundos na valorização não se encontram nesta categoria, estando presentes nas categorias Fundef ou Fundeb.	PSPN	Trabalhos sobre analisam especificamente os efeitos do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) sobre a remuneração docente.
Privatização	Trabalhos que analisam a destinação de recursos públicos para instituições privadas de educação básica.	-	-
Controle do financiamento	Trabalhos que analisam formas de controle do financiamento da educação básica, tais como os exercidos por instituições externas – Tribunais de Contas, Poder Judiciário, etc. – como por participação social. Não se enquadram aqui trabalhos que olham para o controle exercido exclusivamente sobre as políticas de fundos, que se encontram nas categorias próprias do Fundef e Fundeb.	-	-

QUADRO 1
Categorias de análise dos trabalhos que compõem o Estado da Arte
Conclusão

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Políticas de austeridade	Trabalhos que discutem os efeitos das políticas de austeridade sobre o financiamento da educação básica.	-	-

FONTE: Elaboração pelos autores (2025).

3 ESTADO DA ARTE

Como já apontado, após a coleta das teses e dissertações no Catálogo da Capes, foram encontrados 614 trabalhos, dos quais 36 só foi possível acessar o título e resumo, sendo os demais disponibilizados os textos completos. Destes trabalhos, 134 são teses e 480, dissertações.

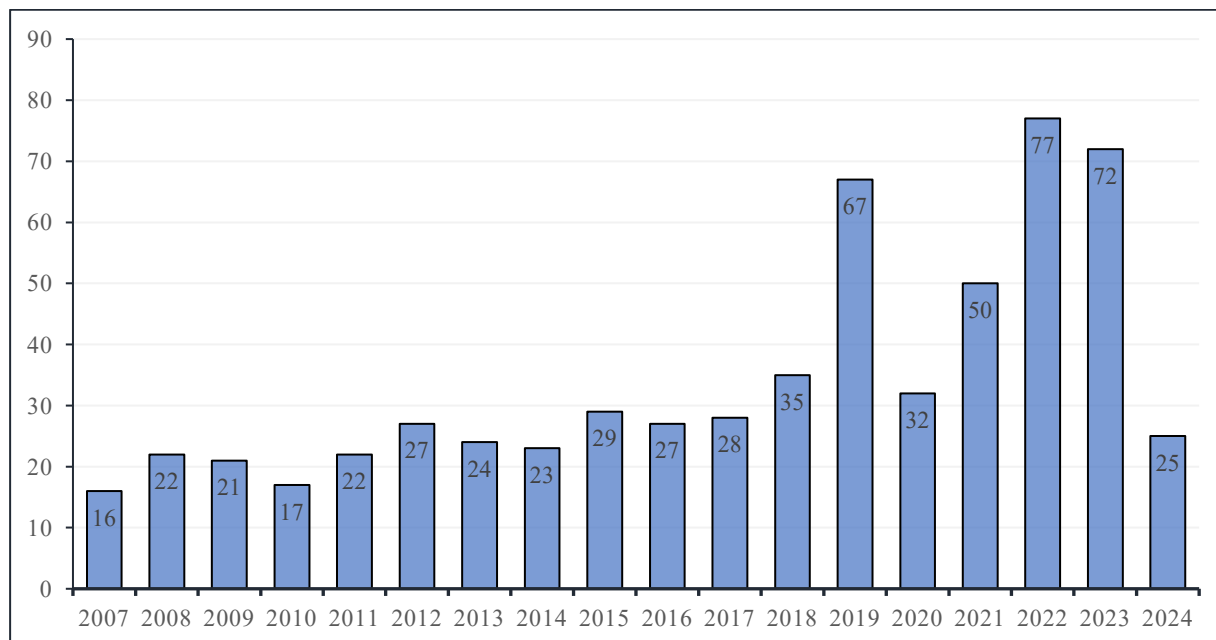
A primeira análise realizada diz respeito à temporalidade dos trabalhos. O recorte temporal previamente apresentado neste relatório incluiu trabalhos cuja produção ocorreu entre os anos de 2007 e 2024. O gráfico 1 a seguir indica a distribuição temporal da produção analisada.

A análise do gráfico 1 demonstra que a pesquisa sobre financiamento da educação básica nos programas de pós-graduação no Brasil se amplia a partir dos anos de 2018 e 2019. A hipótese que se apresenta é a proximidade do encerramento da vigência do Fundeb transitório, com a necessidade de se pensar nas formas de financiamento da educação básica. Chama a atenção o fato de que apenas 32,7% dos trabalhos (201) foram produzidos na primeira metade do período de análise, ou seja, até o ano de 2015.

A queda de produções nos anos de 2020 e 2021 deve ter relação com a redução das titulações no período, em razão da pandemia de Covid-19 (Ribeiro, 2023). Essa produção represada destes dois anos pode ter influenciado um aumento no volume de textos nos anos de 2022 e 2023, especialmente ante a redução de trabalhos no ano de 2024. Contudo, é necessário considerar que a aprovação do Fundeb permanente, no ano de 2020, também pode ter influenciado o crescimento da produção acadêmica no período.

GRÁFICO 1

Distribuição temporal das teses e dissertações sobre financiamento da educação básica (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Importa esclarecer que, embora o recorte temporal da presente investigação tenha sua justificativa no início da vigência do Fundeb transitório, no ano de 2007, há 29 trabalhos cujo escopo se debruça exclusivamente sobre períodos anteriores a 2007. Ou seja, nem todos os trabalhos analisados dizem respeito às políticas de financiamento elaboradas e implementadas após o ano de 2007.

Outro dado coletado diz respeito à área do programa de pós-graduação no qual o trabalho foi desenvolvido. A figura 1 a seguir apresenta as 30 áreas do conhecimento nas quais foram encontrados trabalhos que discutem o financiamento da educação básica, sendo que as palavras maiores e com cores mais escuras aparecem em maior frequência⁷. Chama a atenção que 74,4% (457 trabalhos) foram produzidos em programas de pós-graduação vinculados à área da educação ou ensino; a segunda área com mais produções é a da economia, com 5,5% (34

⁷ É necessário considerar que a nuvem de palavras foi gerada considerando a proporcionalidade da frequência dos termos, mas de forma que todos pudessem ficar visíveis na figura. Logo, a magnitude de cada palavra não apresenta uma proporção exata, mas sim aproximada.

trabalhos), seguidas pelas áreas das políticas públicas e do direito, com 3,9% (24) e 3,7% (23) trabalhos, respectivamente.

FIGURA 1

Áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação nos quais as teses e dissertações foram elaboradas



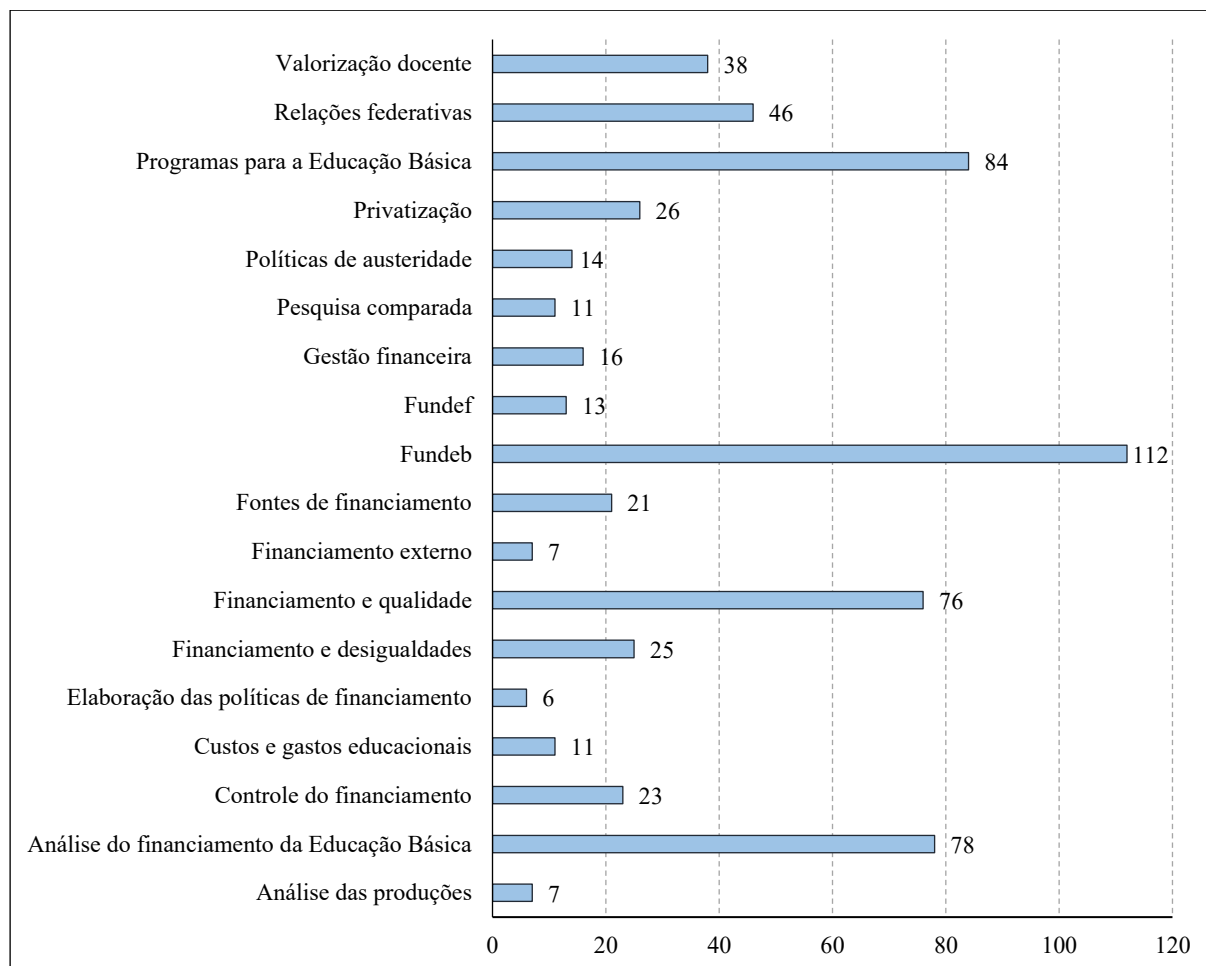
FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e mediante uso da ferramenta Copilot da Microsoft.

Na sequência, a análise se volta para as categorias temáticas indicadas no quadro 1. O gráfico 2 apresenta a quantidade de trabalhos existente em cada uma destas categorias. É possível verificar que 57,5% dos trabalhos (353) estão presentes em quatro categorias: Fundeb, Programas para a Educação Básica, Financiamento e Qualidade e Análise do Financiamento da Educação Básica.

Tendo em vista que três dessas quatro categorias foram criadas em razão do objeto de análise dos trabalhos, era esperado que reunissem a maior quantidade de trabalhos. Contudo, o destaque reside na quantidade de trabalhos que compõem a categoria Financiamento e Qualidade. Nesta categoria não estão incluídos, por exemplo, trabalhos sobre o Fundeb que discutem aspectos da qualidade da educação básica relacionadas ao financiamento, o que demonstra um interesse de pesquisa específico na temática.

GRÁFICO 2

Trabalhos de acordo com as categorias temáticas



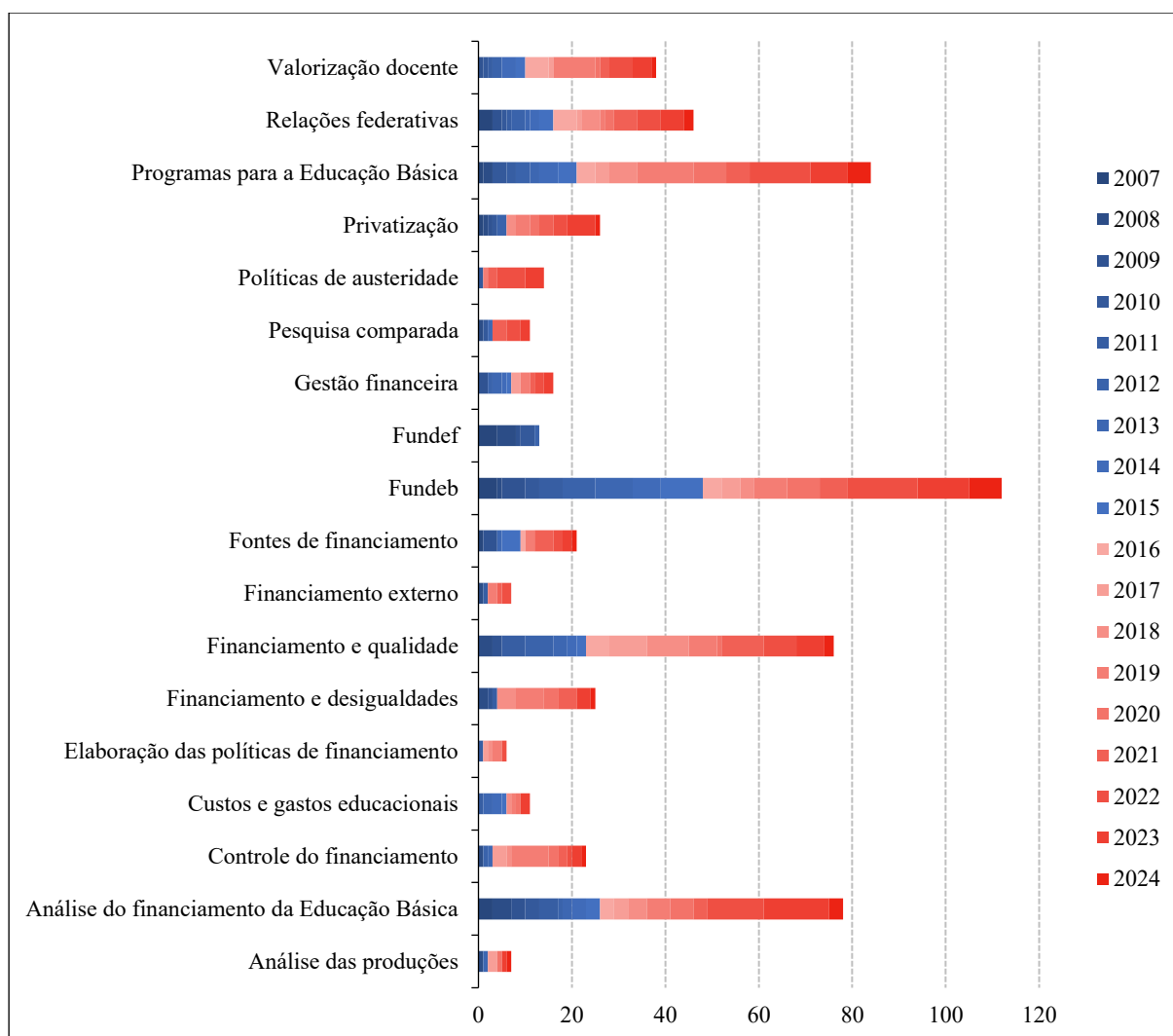
FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Buscou-se compreender o comportamento dessas produções ao longo do tempo, com o intuito de identificar como as produções em cada categoria se organizam temporalmente. O gráfico 3 indica a distribuição dos trabalhos, em cada categoria, ao longo do tempo. Como visto anteriormente, a maior parte da produção foi realizada na segunda metade do recorte temporal, ou seja, a partir do ano de 2016, o que está indicado pelas cores em tons de vermelho no gráfico. É possível perceber que apenas os trabalhos na categoria Fundef foram produzidos nos primeiros anos do recorte temporal. A maior parte das categorias possuem trabalhos distribuídos em praticamente todo o período de análise, com destaque para as quatro categorias que reúnem a maior quantidade de trabalhos. Contudo, percebe-se que as produções sobre as

políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento e análise das produções concentram seus trabalhos em períodos mais recentes, passando a compor a agenda da pesquisa sobre financiamento da educação básica no país.

GRÁFICO 3

Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2025)



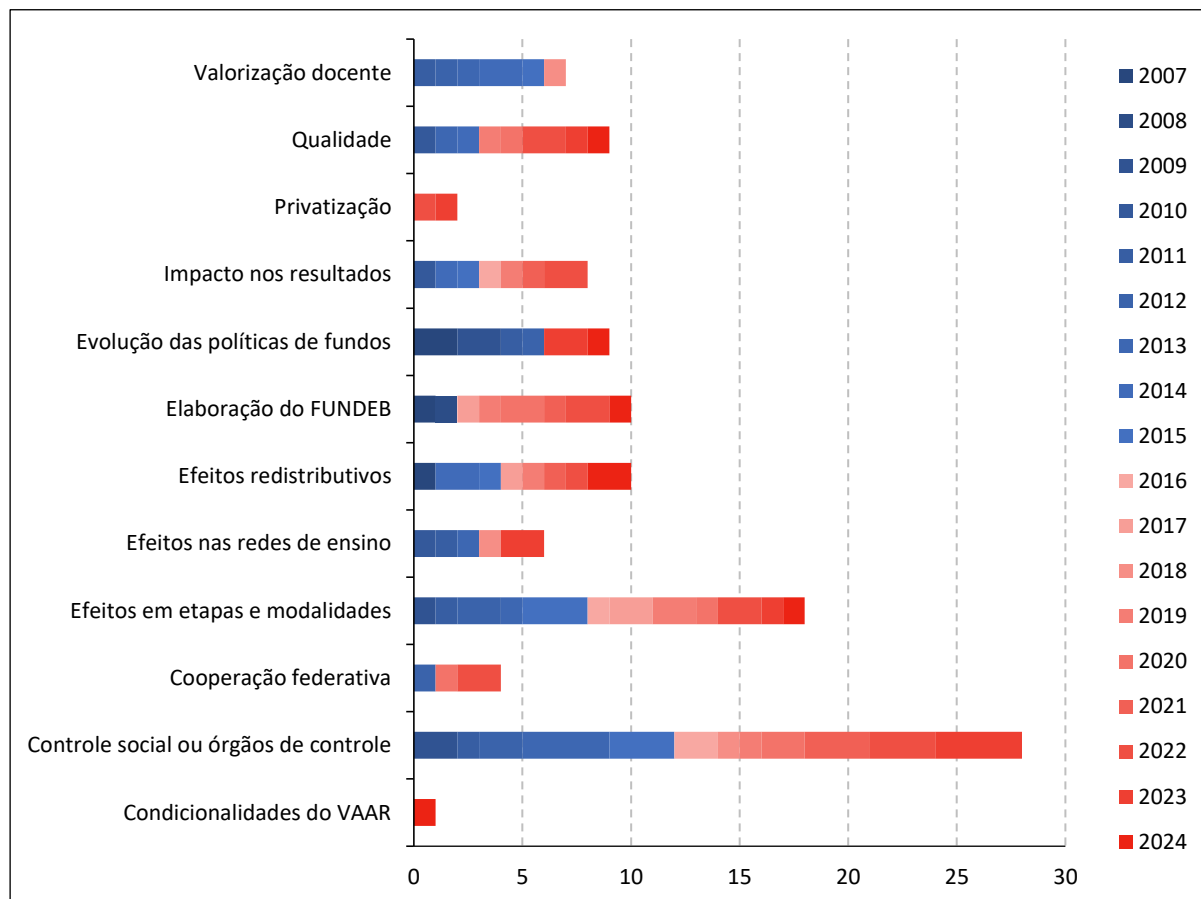
FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: a série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice 1.

Tendo em vista que, mais da metade dos trabalhos analisados compõem quatro categorias temáticas, a análise a seguir se volta para as subcategorias presentes em cada uma delas. O gráfico 4 diz respeito à categoria Fundeb. Percebe-se uma grande quantidade de trabalhos com interesse nas discussões sobre o controle da política e sobre os efeitos da mesma sobre as diferentes etapas e modalidades educacionais, presente em todo o período temporal analisado. Os trabalhos sobre valorização docente e elaboração das políticas de fundos, por sua vez, parecem ser mais frequentes até o ano de 2015, havendo uma redução das pesquisas no período posterior. Já os trabalhos sobre Qualidade, Impactos nos Resultados, Elaboração do Fundeb e Cooperação Federativa parecem integrar os interesses de pesquisa em períodos mais recentes, sendo os trabalhos sobre o uso de recursos do Fundeb para o financiamento na iniciativa privada produzidos apenas nos últimos anos do recorte temporal analisado. É importante, ainda, destacar que as subcategorias aqui presentes têm relação com outras grandes categorias de análise indicadas no quadro 1, o que permite uma relação entre os trabalhos com outros constantes em grupos temáticos diversos.

GRÁFICO 4

Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: a série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice 1.

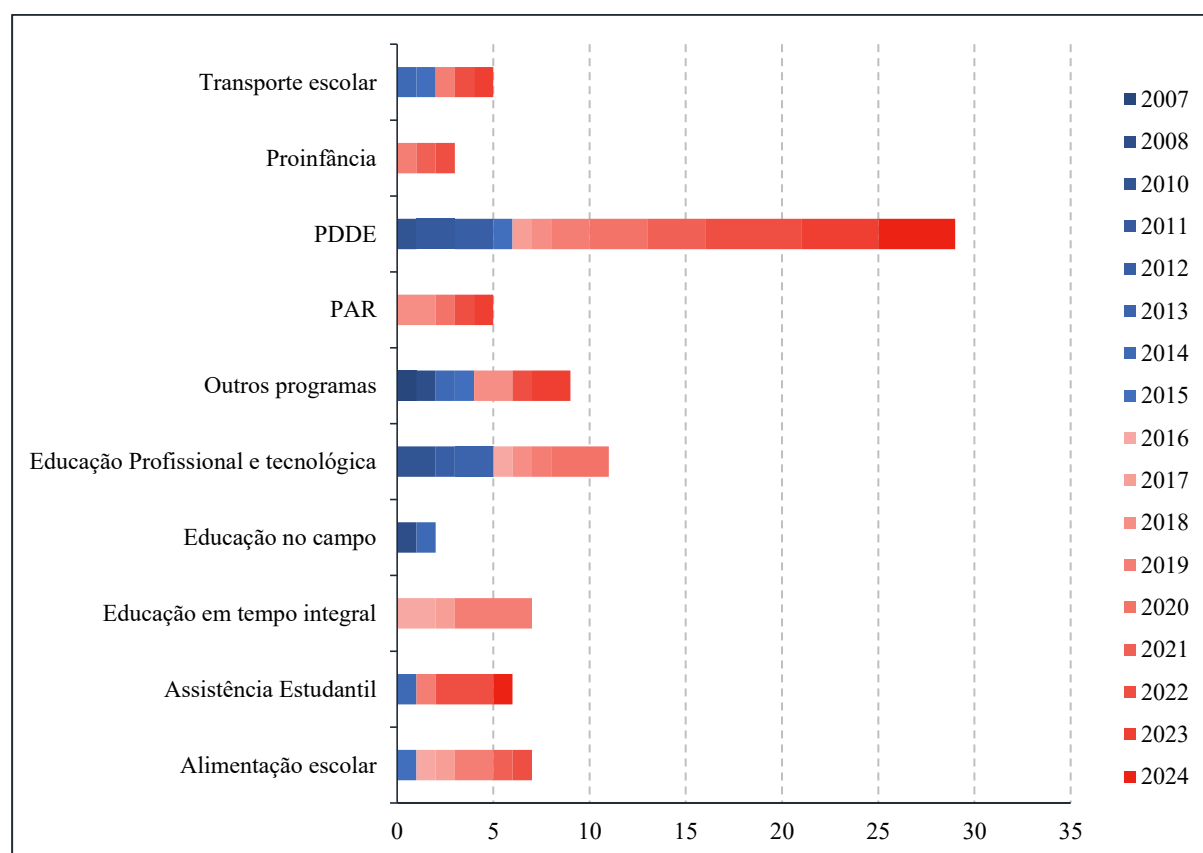
Para avaliação da segunda maior categoria em quantidade de trabalhos, Programas para a Educação Básica, foi elaborado o gráfico 5, que indica o grande interesse de pesquisa em relação ao PDDE desde os primeiros anos do recorte temporal. Programas vinculados à Educação Profissional e Tecnológica são a segunda temática mais presente na categoria e são distribuídos temporalmente de forma mais persistente durante o período temporal analisado, não obstante não pareçam constituir – pelo menos no âmbito das discussões específicas sobre programas para a educação básica – a pauta da pesquisa pós 2020.

Trabalhos sobre os programas Proinfância, PAR e Educação em Tempo Integral somente aparecem na agenda de pesquisa após o ano de 2015, ainda que a última subcategoria esteja

localizada temporalmente exclusivamente entre os anos de 2016 e 2019. Apenas dois trabalhos sobre programas relacionados à Educação no campo foram produzidos, e estão localizados temporalmente nos anos de 2008 e 2014. Trabalhos sobre Transporte escolar, Assistência estudantil e Alimentação escolar aparecem em diversos anos do período.

GRÁFICO 5

Subcategorias das teses e dissertações sobre Programas para a educação básica (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: a série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice 1.

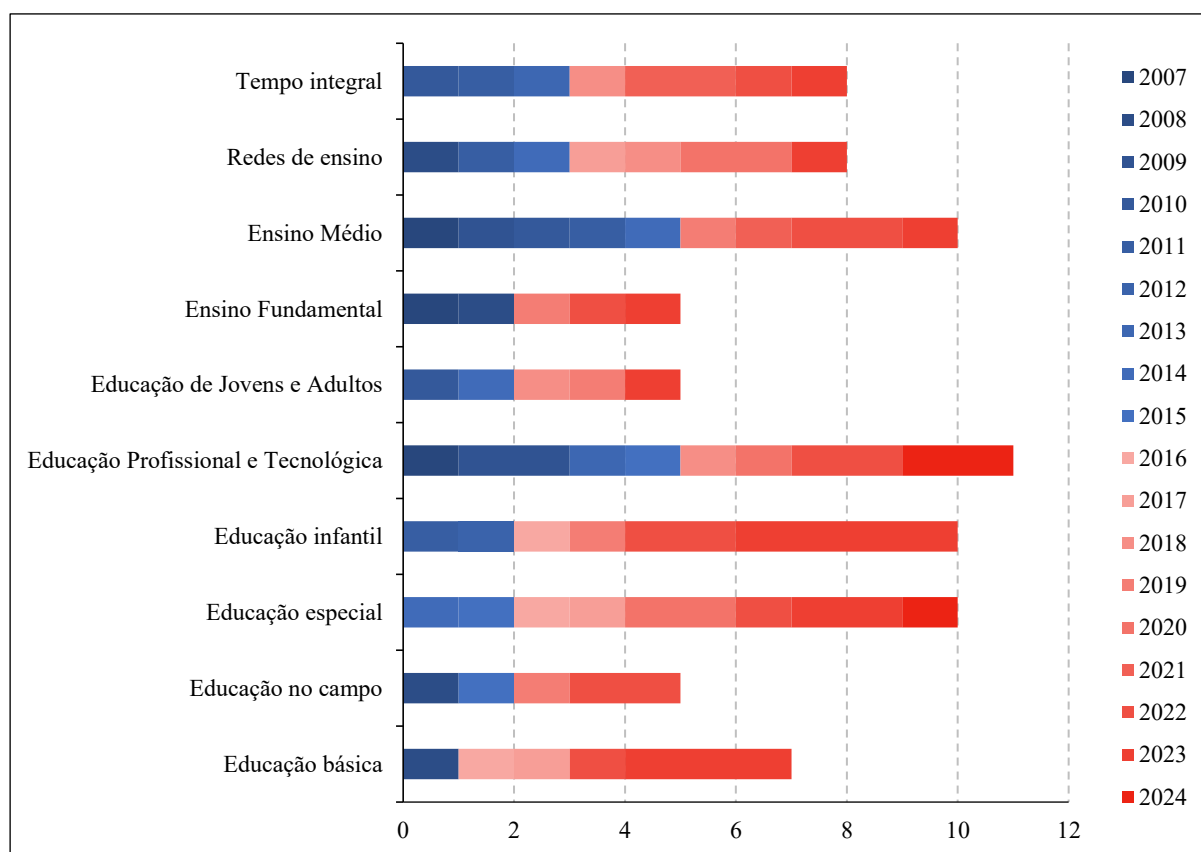
O gráfico 6 indica as subcategorias que compõem a categoria Análise do Financiamento da Educação Básica. Trata-se de trabalhos voltados à avaliação do modo como o financiamento é aplicado e seus efeitos em diversas etapas e modalidades educacionais, ou a investigação de sua configuração nas próprias redes de ensino. São trabalhos que voltam o olhar para diferentes fontes de financiamento visando avaliar a composição dos recursos de forma mais ampla.

Justamente pelas características dessas pesquisas, percebe-se que em todas as categorias há um comportamento similar: existência de produções de forma crescente ao longo do período de análise. Há um destaque para as categorias Educação Profissional e Tecnológica, Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Especial com uma quantidade de trabalhos superior às demais categorias.

É importante esclarecer que as subcategorias tempo integral e educação no campo se diferenciam daquelas presentes na temática dos programas para a educação básica, pois os trabalhos não se debruçam sobre um programa específico, mas sim na análise de como se dá a composição e aplicação dos recursos nessas modalidades educacionais e forma de oferta.

GRÁFICO 6

Subcategorias das teses e dissertações sobre Análise do Financiamento da Educação Básica (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: a série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice 1.

Por fim, a categoria Financiamento e Qualidade possui uma organização diferente das três anteriormente apresentadas. No caso daquelas, todos os trabalhos constam nas subcategorias criadas. Nesta, há trabalhos que não compõem uma categoria temática específica e estão classificados no gráfico como Outros temas, que avaliam diferentes dimensões de qualidade da educação básica, tais como infraestrutura, quantidade de alunos por turma, formação docente, remuneração, etc., considerando a necessidade de recursos financeiros na área educacional e as condições para a oferta. Também foram encontrados trabalhos que investigam o custo, olhando para a composição do CAQ ou CAQi como referencial do financiamento adequado.

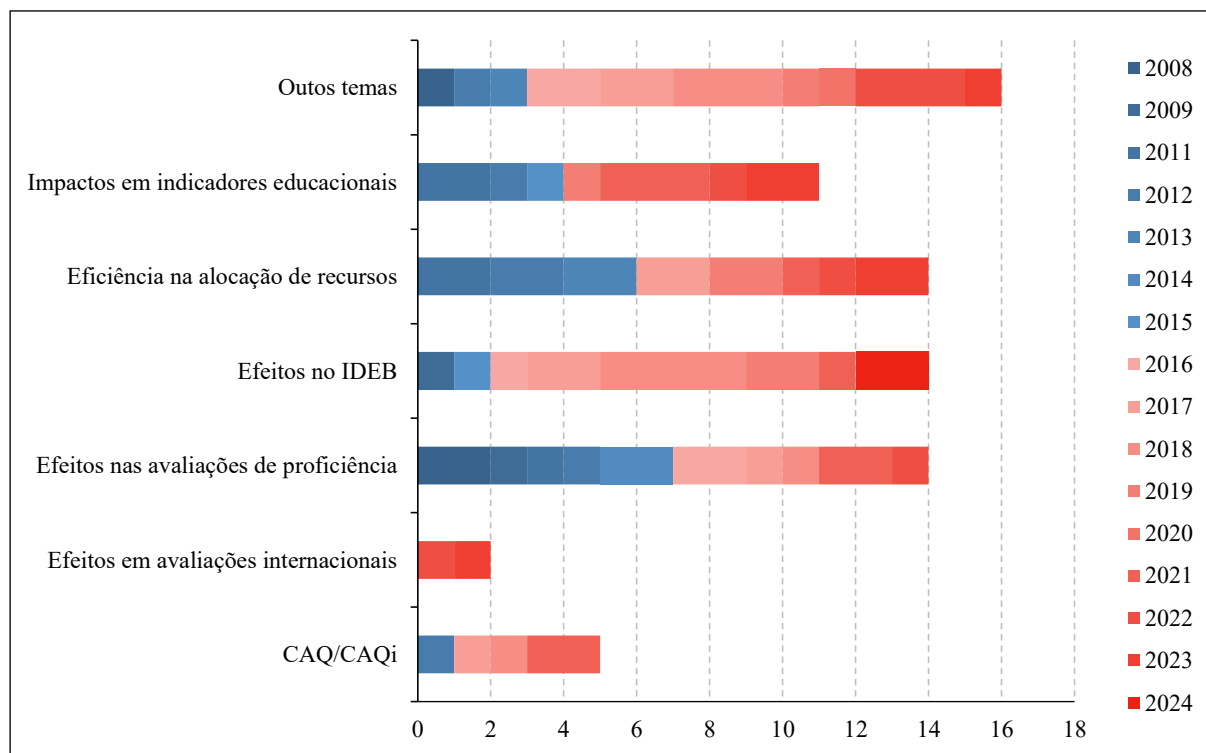
Contudo, há uma grande gama de trabalhos voltados à investigação das relações entre financiamento e qualidade a partir dos resultados educacionais e do desempenho dos estudantes em avaliações de proficiência, bem como trabalhos a respeito dos indicadores educacionais e a eficiência na alocação de recursos. Estes trabalhos foram classificados, a depender do foco de análise do trabalho, nas seguintes categorias: Impactos em indicadores educacionais, Eficiência na alocação de recursos, Efeitos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Efeitos nas avaliações de proficiência e Efeitos em avaliações internacionais.

O gráfico 7, portanto, apresenta a quantidade e distribuição temporal destes trabalhos em cada uma das subcategorias. Conforme a análise dos dados presentes no gráfico, a maioria das produções vão analisar a eficácia do financiamento para a melhoria da qualidade da educação básica a partir de uma concepção de avaliação de resultados educacionais, assim considerados aqueles obtidos pelos estudantes em testes de proficiência.

É importante esclarecer que nem todos os trabalhos existentes nesta subcategoria vinculam o conceito de qualidade exclusivamente aos resultados em exames, sendo essa uma das possíveis dimensões de qualidade a serem avaliadas. De qualquer maneira, percebe-se que os trabalhos que analisam as relações entre financiamento e qualidade sem o foco nos resultados educacionais – representados nas categorias CAQ/CAQi e outros temas – são mais presentes na segunda metade do recorte temporal.

GRÁFICO 7

Subcategorias das teses e dissertações sobre Financiamento e Qualidade (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota: a série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice 1.

No próximo tópico será realizada uma análise pontual das categorias, destacando as principais discussões apresentadas, para além da análise bibliométrica realizada.

3.1 O que as pesquisas sobre financiamento da educação básica têm discutido?

Uma vez que um Estado da Arte se destina a construir uma história da pesquisa sobre determinado tema (Ferreira, 2002) – no presente caso, do financiamento da educação básica – o presente tópico se destina a apresentar os principais debates presentes em cada uma das categorias de análise.

O quadro 1 apresentado previamente já sintetiza o esforço de indicar a temática central das produções presentes em cada uma das categorias. Portanto, a partir de agora serão apresentadas algumas discussões identificadas, ainda que de forma preliminar, nos resumos dos trabalhos coletados.

A discussão é iniciada pela categoria Análise das Produções, pois a mesma permite identificar a existência de outros trabalhos que buscaram realizar a identificação dos temas e abordagens presentes na pesquisa científica sobre financiamento da educação básica. Como já apresentado, estes trabalhos olham para fontes específicas de informação ou realizam uma revisão da literatura a partir de temas de interesse no âmbito do financiamento.

Pensando no desenvolvimento histórico do financiamento educacional brasileiro, foram encontrados trabalhos que debatem como diferentes políticas de financiamento foram elaboradas no Brasil. Essas produções buscam identificar os embates sociais, políticos e legislativos, além dos atores envolvidos na construção dos diferentes mecanismos existentes no país.

Na sequência é apresentada a categoria Fontes de Financiamento. Parte dos trabalhos se debruçam sobre a análise de fontes já existentes de financiamento da educação básica, como as discussões em torno da vinculação constitucional, MDE, salário-educação, royalties do petróleo e fundo social do pré-sal e até mesmo o ICMS Educação, constitucionalizado na EC 108/2020. Mas há, também, trabalhos destinados à discussão da composição dos orçamentos familiares e sua relação com investimento privado em educação (Shimote, 2015); a avaliação do comportamento dos investimentos em educação com o atingimento de metas de superávit primário (Ferreira, 2019); bem como a importância da arrecadação tributária própria de municípios do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) para a ampliação do financiamento (Oliveira, 2021) e até a proposta de uma nova fonte de financiamento a partir da indústria de energia elétrica (Franco, 2009).

As categorias Fundef e Fundeb, embora possam compor a categoria de Fontes de Financiamento, foram organizadas separadamente em virtude não apenas da centralidade das políticas de fundos para o financiamento da educação básica, como também pela própria dependência dos municípios destes mecanismos para a garantia de funcionamento de suas redes de ensino (Alves; Pinto, 2020). Alie-se a isso a grande quantidade de pesquisas identificadas

com esse objeto na presente coleta, sendo 112 sobre o Fundeb e 13 sobre o Fundef, totalizando 125 trabalhos – o que corresponde 20,4% dos casos estudados.

A categoria Relações Federativas, por sua vez, contempla os trabalhos que vão avaliar tanto as relações existentes entre os diferentes entes federados para o financiamento da educação básica, olhando para a função redistributiva e supletiva da União e a cooperação federativa, quanto trabalhos que buscam identificar a capacidade de financiamento das diferentes redes de ensino. Neste caso é importante ressaltar que a categorização das produções se deu a partir do foco específico de análise, sendo que há trabalhos que trazem em suas conclusões os efeitos do regime de colaboração em matéria de financiamento na equalização das oportunidades educacionais (Cruz, 2009) e nas condições de oferta e qualidade (Pergher, 2007; Silva, 2023).

As categorias Programas da Educação Básica e Análise do Financiamento da Educação Básica, como se percebe da análise dos gráficos 5 e 6 apresentados anteriormente, tem um grande foco na operacionalização do financiamento e em seus efeitos em etapas, modalidades e nas redes de ensino. Dedicam-se a um tratamento analítico das fontes e aplicação dos recursos, a fim de identificar em que medida alcançam os objetivos para os quais as políticas foram traçadas. A grande parte dos trabalhos presentes nestas categorias analisam realidades educacionais específicas de uma ou algumas redes de ensino pontuais, algumas vezes de forma comparativa.

Também foram identificados trabalhos que avaliam de forma bastante específica a gestão financeira dos recursos pelos sistemas e, mais detidamente, por escolas. Estes trabalhos compõem a categoria Gestão Financeira e se debruçam sobre a análise da efetividade da aplicação de recursos no chão da escola, mas também sobre o controle desta atividade.

Há estudos que buscam analisar a existência de financiamento de organismos internacionais como fonte de recursos para a educação básica e as condicionalidades por eles impostas. Esses trabalhos foram reunidos na categoria Financiamento Externo e discutem como essas fontes de financiamento interferem na gestão dos recursos para esta área social, como o trabalho de Martins (2019).

Para além dos trabalhos que estudam o financiamento de organismos internacionais, há aquelas que se destinam a uma análise comparativa do financiamento educacional brasileiro

com outros países (Mateus, 2008; Jardim, 2010; Diniz Junior, 2021; Silva, 2021; Silva, 2022; Tormes, 2022), ou que investigam especificamente os recursos destinados à educação em outros Estados nacionais (Bellix, 2013; Correia, 2021; Perciney, 2022; Indaj, 2023; Paz, 2023), que estão reunidos na categoria Pesquisa Comparada.

A categoria Custos e Gastos Educacionais, por sua vez, conta com trabalhos que buscam mensurar os gastos de redes de ensino por aluno e, de forma mais incipiente, os custos efetivos para a promoção da educação básica. As pesquisas sobre gastos identificadas buscam, a partir de dados oficiais, mensurar os valores inclusive para todas as redes de um estado (Corolo, 2019) ou até mesmo do país (Ferraz, 2013). Já as pesquisas sobre custos têm abrangências menores olhando detidamente para uma rede de ensino (Silva, 2011; Sousa, 2014; Cardoso, 2018; Ferraz, 2020; Paula, 2023). Chama a atenção um trabalho que apresenta um caminho possível para a estimativa de custos por estudantes no nível da escola (Brant, 2023).

A categoria Financiamento e Qualidade demonstra que há um forte interesse de pesquisa no sentido de identificar os efeitos das políticas de financiamento sobre a qualidade da educação básica e sobre os resultados educacionais. Como já discutido na seção anterior, os debates giram em torno dos insumos para promoção de uma educação em condições de qualidade, mas também da efetividade de aplicação dos recursos financeiros sob a lógica dos resultados de proficiência de estudantes.

Há um grupo de trabalhos que centram suas discussões nas desigualdades: de financiamento, comparando-se as desigualdades verticais (entes diferentes, como entre União-estados-municípios) ou horizontais (municípios-municípios e estados-estados); desigualdades educacionais, analisando os efeitos do financiamento sobre a equalização das oportunidades; e sociais. Estes trabalhos foram reunidos em uma única categoria: Financiamento e Desigualdades.

Outro tema recorrente nas pesquisas sobre financiamento da educação básica são os reflexos destas políticas sobre a remuneração, carreira e condições de trabalho dos profissionais da educação. Esses trabalhos foram reunidos na categoria Valorização Docente, que analisam os impactos de determinadas políticas na remuneração dos professores (Nascimento, 2019; Lima, 2019); ou efeitos de políticas de austeridade especificamente sobre a remuneração docente (Jarcem, 2023).

A análise do gráfico 3, apresentado no tópico anterior, indica uma categoria cujo interesse de pesquisa têm crescido nos últimos anos: a Privatização. A pesquisa acadêmica, de forma geral, tem olhado para este fenômeno sob diferentes vieses: interferência na construção das políticas educacionais, tomada das agendas decisórias, interferências nas políticas curriculares, entre outras questões. Contudo, uma importante dimensão deste debate reside nas políticas de financiamento, cujos estudos avaliam o direcionamento de recursos públicos para a iniciativa privada por diferentes vias: conveniamento – inclusive constitucionalizado no âmbito da educação infantil e da educação profissional e tecnológica por meio da EC 108/2020, Fundeb permanente – políticas de vouchers e bolsas, etc. Assim, os trabalhos da categoria Privatização contemplam tão somente as produções acadêmicas que fazem a análise das discussões em torno do direcionamento do fundo público para a iniciativa privada, destacando-se os trabalhos que demonstram como essa tem sido uma opção para a ampliação da oferta (Casagrande, 2012; Oliveira, 2023).

Outro tema que vêm ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas é o do Controle do Financiamento. Há um foco específico na atuação dos Tribunais de Contas, como mecanismo de controle externo, para esse fim (Ferreira, 2019; Prado, 2019; Silva, 2019; Ferreira, 2024, entre outros), mas também trabalhos que buscam avaliar a participação social no controle dos recursos públicos destinados à educação (Umann, 2008; Maia, 2021) ou a transparência e acesso às informações (Quirino, 2018; Oliveira, 2019).

Por fim, após a edição da EC 95/2015, que estabeleceu um teto para gastos sociais do governo federal, incidindo sobre os gastos com a educação, começam a surgir trabalhos que vão olhar para os efeitos das Políticas de Austeridade sobre o financiamento da educação básica. Há um único trabalho anterior ao período que irá olhar para políticas de ajuste fiscal sobre as despesas com educação (Vazquez, 2010), sendo todas as demais produções realizadas a partir do ano de 2019.

3.2 Trabalhos que atendem a interesses manifestos da SEB/MEC

Para além de uma análise dos trabalhos que compõem as diferentes categorias temáticas, a leitura dos resumos também foi realizada visando identificar algumas questões específicas.

Como já explicitado, a presente pesquisa visa atender um dos produtos previstos do TED 15.303 firmado entre o IPEA e o MEC. O MEC apresentou alguns interesses para orientar as pesquisas que serão desenvolvidas pelo IPEA no âmbito do TED.

Assim, na leitura dos resumos das produções acadêmicas buscou-se identificar trabalhos que tivessem relação com algumas das questões elaboradas, tendo em vista os interesses de pesquisa apresentados. Salienta-se que a identificação destes trabalhos a partir destas questões não indica necessariamente a relevância dos mesmos no sentido de subsidiar a implementação de políticas públicas. A intenção é de realizar um inventário – a partir das informações constantes dos resumos de teses e dissertações, que possuem as limitações já retratadas – de trabalhos que tenham relações com os interesses de investigações a serem desenvolvidas. O detalhamento destas produções está indicado no banco produzido que contempla todas as produções analisadas.

Assim, os dados a seguir apresentados não podem ser considerados novas categorias de análise – ao contrário, indicam os trabalhos que já estão devidamente categorizados e que possuem relação com alguma das questões apresentadas. Ademais, essa identificação não é realizada de forma exaustiva, uma vez que a leitura dos trabalhos completos pode indicar a existência de outras produções que se encaixariam nas dúvidas levantadas.

A primeira questão elaborada foi: **a pesquisa avalia a evolução do financiamento da educação básica ao longo do tempo?** Foram identificados 12 trabalhos em que a pergunta foi respondida positivamente. São trabalhos que avaliam um período considerável, visando identificar o comportamento do financiamento durante os anos investigados. Destes, 7 trabalhos olham para a evolução de recursos no âmbito do Fundeb.

A pesquisa realiza a prospecção de novos mecanismos de financiamento para a educação básica? Dos trabalhos selecionados, sete discutem novos mecanismos. Um analisa o potencial de investimento do IPTU em educação (Oliveira, 2021); dois discutem a destinação de emendas parlamentares para aplicação na educação básica (Souza, 2022; Silva, 2023); um, a captação de recursos da iniciativa privada para financiamento da educação profissional (Cao, 2022); um, que propõe o uso da reserva global de reversão de energia elétrica para investimento em educação (Franco, 2009).

Há, ainda, um trabalho que analisa o potencial de destinação de royalties de recursos não renováveis para a educação, assim considerados os resultantes da exploração não apenas do petróleo, como também dos recursos minerais e hídricos (Marques, 2021). E um último que, ao analisar a medida de investimento em educação proporcionalmente à arrecadação do PIB, indica a necessidade de ampliação dos recursos. Para isso, sugere a ampliação da arrecadação de impostos, a diminuição da elisão fiscal, a ampliação da receita líquida de impostos e rendas provenientes do pré-sal e a folga fiscal pela redução de juros (Monteiro, 2016).

Dois trabalhos discutem o ICMS educacional (Oliveira, 2023; Miranda, 2023). Ainda que não se trate de trabalhos que apresentem novos recursos para o financiamento, apresentam a análise de um mecanismo de redistribuição de recursos para a educação básica, originalmente implementado no estado do Ceará e posteriormente implementado nos estados como uma das condicionalidades para recebimento do VAAR.

Há outros trabalhos, contudo, que discutem parâmetros para definição de novos recursos: tratam-se de cinco produções que discutem o CAQ e o CAQi, buscando analisar se os recursos existentes são suficientes para financiar uma educação de qualidade nos parâmetros estabelecidos (Couto, 2012; Oldra, 2017; Pereira, 2018; Tiburcio, 2019; Bonfim, 2021; Oliveira, 2021; Melo, 2023).

A terceira pergunta realizada foi: **a pesquisa discute especificamente o financiamento da educação infantil?** Dos trabalhos que compõem o banco de análise desta pesquisa, 49 trabalhos discutem o financiamento desta etapa educacional, contando com produções que perpassam tanto os efeitos do financiamento na ampliação da oferta (Santos, 2012; Pessanha, 2023), quanto a ampliação pela via do conveniamento (Casagrande, 2012; Oliveira, 2023) e até mesmo a cobertura e capacidade de financiamento da etapa por municípios (Melo, 2023).

Houve, por fim, 69 trabalhos nos quais foi respondida positivamente a questão: **a pesquisa analisa os efeitos do financiamento sobre os resultados educacionais?** Neste caso, foram selecionados trabalhos que debatiam tanto os resultados da avaliação de proficiência dos estudantes, quanto resultados mais amplos relacionados à ampliação da oferta e insumos educacionais.

Portanto, há trabalhos identificados no âmbito deste Estado da Arte que podem ser objeto de aprofundamento futuro no sentido de fundamentar pesquisas desenvolvidas para subsidiar as decisões políticas do MEC no âmbito do financiamento da educação básica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil no período entre 2007 e 2024, permitiu identificar a existência de uma amplitude nos temas investigados no âmbito do financiamento da educação, que perpassa desde a elaboração das políticas, sua implementação, efeitos e inclusive análise das produções acadêmicas. Há um aprofundamento das pesquisas na segunda metade do recorte temporal analisado, que se intensifica a partir dos anos de 2018 e 2019, o que pode ter relação com o final da vigência do Fundeb transitório e entrada em vigor do Fundeb permanente.

O desenvolvimento de pesquisas discentes nos programas tem se dado prioritariamente em cursos de mestrado e doutorado na área da educação, sendo pequena a participação de outras áreas do conhecimento, dando-se destaque para a economia, políticas públicas e direito.

Em relação aos temas desenvolvidos nas produções, foi possível perceber que discussões em torno dos custos educacionais e das políticas de austeridade ainda são incipientes nas pesquisas e demandam uma maior investigação, constituindo-se em lacunas da produção. Também se verifica que poucos estudos se debruçam sobre os novos mecanismos de distribuição do Fundeb permanente, possivelmente por estarem ainda em implementação. Contudo, dada a revisão dos critérios de distribuição da complementação da União prevista para o sexto ano de vigência do plano, bem como a previsão de revisão destes mecanismos a cada dez anos, nos termos do art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88, mostram-se extremamente relevantes pesquisas que demonstrem a efetividade da política e a dependência das redes para a manutenção de seus sistemas, constituindo-se, essa, em uma lacuna a ser suprida. Igualmente, o aprofundamento de pesquisas que discutam os impactos da implementação do CAQ nas condições de qualidade poderia subsidiar decisões políticas para sua regulamentação.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. L.; MAGALHÃES, N. R. S.; NASCIMENTO, F. S. C. do. História do financiamento educacional público no Brasil: uma análise da colônia à primeira república. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 21, n. 12, p. 26482–26496, 2023.

ALVES, M. L. F. **Qualidade dos gastos públicos em saúde e educação: uma análise sistemática da literatura**. 2023. 49 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. As múltiplas realidades educacionais dos municípios no contexto do Fundeb. **FINEDUCA – Revista de financiamento da educação**, v. 10, n. 23, p. 1-24, 2020.

AMORIM, I. F. de. Educational Funding and the National System of Education: questions for debate about the National Plan of Education (2014-2024). **Research, Society and Development**, v. 7, n. 3, p. e373125, 2018.

BELLIX, L. Banco mundial e financiamento da educação na América Latina: o caso do modelo chileno. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRANT, I. G. R. **Sistema de custos na educação pública: um possível caminho para obter dados financeiros por estudante no nível das escolas**. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas). Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2023.

BOMFIM, D. Q. J. S. **O investimento público enquanto vetor da qualidade do ensino**. 2021, 99 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

CAO, E. do R. Proposição de ações para potencialização da captação de recurso financeiro em uma instituição pública de ensino profissional junto à iniciativa privada. 2022, 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

CAPES. CAPES – [2021 a 2024] Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dados das teses e dissertações da pós-graduação. 2025a. Disponível em: <<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil/resource/ffed0390-61b4-4823-99db-ea27e7cb8fad>>. Acesso em 12 jul. 2025.

CAPES. CAPES - Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dados das teses e dissertações da pós-graduação 2017 a 2020. 2024. Disponível em: < <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes/resource/755600b6-a0d6-4f1a-9dd8-1ca83f28f68a>>. Acesso em 12 jul. 2025.

CAPES. Portaria nº 109, de 25 de Abril de 2025. **Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no país.** Diário Oficial da União: Brasília, 2025b.

CAPES. **Tutorial Sucupira** – coleta. [S. D.]. Disponível em: < <https://sites.google.com/view/tutorialsucupira/home?authuser=0>>. Acesso em 12 jul. 2025.

CARDOSO, J. A. **O custo-aluno nas unidades de uma rede municipal de ensino.** 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CASAGRANDE, A. L. **As parcerias entre o público e o privado na oferta da educação infantil em municípios médios paulistas.** 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2012.

COROLO, E. C. **A desigualdade do gasto-aluno nas redes públicas municipais de educação básica do estado do Paraná.** 2019. 69 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CORREIA, M. A. A. **A educação da criança pequena na região da milia-Romagna na Itália:** um estudo sobre organização, gestão e financiamento. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

COUTO, M. A. F de O. **"Do limbo ao direito":** A distribuição dos recursos financeiros para as creches utilizando o referencial do Custo Aluno - Qualidade Inicial - CAQi. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CRUZ, R. E. da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União** - o FNDE em destaque. 2009. 434 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAVIES, N. **Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2015.** 2020. Disponível em: < <https://fineduca.org.br/wp->

content/uploads/2020/09/Nicolas-davies-bibliofinanatedezem2015-1.pdf>. Acesso em 12 jul. 2025.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Prefácio. *in* SPOSITO, M. P. (coord.) Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 7-9.

DINIZ JUNIOR, C. A.. **Estudo comparado de políticas de ampliação da jornada escolar, no marco das reformas educativas da década de 1990, em países membros do Mercosul Educacional (Brasil, Chile e Uruguai) – 1990 a 2015**. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DUARTE, M. J. R.; CRUZ, R. E. da. O financiamento da educação em teses e dissertações no Nordeste brasileiro: um estudo de revisão. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. e4829034, 2023.

FARIAS, A. de J. D. A crise do capital e a redefinição do papel do estado como provedor de políticas públicas educacionais. **Margens**, v. 8, n. 10, p. 295-306, maio. 2016.

FERRAZ, J. P. V. **O custo por aluno das escolas da rede municipal de Curitiba: tensões entre desigualdade e diferença de recursos**. 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERRAZ, J. P. V. **Panorama do gasto-aluno nas redes estaduais e municipais brasileiras**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FERREIRA, D. de A. G. **A Pesquisa Educacional e a Temática do Financiamento nos Anos 1980 e 1990: Revisitando os Periódicos Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e Cadernos de Pesquisa**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, F. S. **A educação especial sob o olhar do TCE-RS: as obscuridades da legislação no âmbito do financiamento**. 2019. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

FERREIRA, G. de F. P. **O financiamento da alimentação escolar e o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.** 2024. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, P. R. S. **O impacto do superávit primário no financiamento federal da educação básica no país: 1999-2014.** Como garantir a educação pública de qualidade para todos? 2019. 296 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FRANCO, A. C. **Utilização da indústria de energia elétrica para financiar a educação com vistas ao desenvolvimento econômico: uma proposta para o Brasil.** 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Energia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCO, C. M. G. A política do FUNDEB em ação. **Revista Ibero-americana de humanidades, ciências e educação**. v.9, n. 7, p. 364-377, 2023.

FREIRE, L. **O discurso sobre a remuneração do magistério da educação básica pública no Brasil (2005-2015).** 2017. 309 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GOMES, S. S. A. **A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pósgraduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012:** orientações teóricas e material empírico. 2020. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

GUTIERRES, D. V. G.; FARENZENA, N. O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos. **FINEDUCA** - Revista de Financiamento da Educação. v. 14, n. 17, 2024.

INDJAI, S. C. **Políticas educacionais na Guiné-Bissau:** um estudo sobre acesso e permanência na educação básica. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

JARCEM, D. A. **Remuneração docente no estado de Mato Grosso do Sul frente a ampliação e a restrição de direitos (2008 a 2022)**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Campo Grande, 2023.

JARDIM, K. da S. M. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil e na Argentina nos anos 90**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KATRIB, C. M. I; ARAÚJO, M. O. G.; GONÇALVES, E. M. S.; COSTA, I. C. da; MANUEL, P. F. R. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): diálogos e perspectivas. **Revista caderno pedagógico**, v. 1, n. 9, e7637, 2024.

LIMA, A. M. de. **A remuneração dos professores municipais no contexto do Fundeb e do PSPN: um estudo a partir do Siope com foco em Curitiba e nas cidades do primeiro anel metropolitano (2017 e 2018)**. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MAIA, E. T. da. **Controle social do financiamento da educação básica reivindicado pelo sindicalismo docente**. 2021. 341 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

MARQUES, R. C. Planejamento intergeracional na utilização dos Royalties. 2021, 377 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARTINS, V. A. **O financiamento da educação no Brasil na lógica do Banco Mundial: bases econômicas e suas críticas**. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2019.

MATEUS, D. P. **A efetividade do Direito à educação no Brasil e Mercosul**. O Tratado de Assunção e a Educação. 2008. 88 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

MELO, A. B. de. **Direito à educação, financiamento público e garantia de padrão de qualidade na educação básica: efeitos do Novo FUNDEB (EC 108/2020) sobre a capacidade orçamentária dos municípios do Estado do Amazonas para implantarem o Custo Aluno**

Qualidade. 2023. 260 f. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MIRANDA, N. F. **Icms Educação: os Conceitos de Aprendizagem e Equidade Previstos na Constituição Federal de 1988.** 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MONTEIRO, J. O. da C. **O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o percentual do PIB como medida de financiamento da educação pública: uma avaliação crítica.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MORAIS, J. da S. de.; SILVA, R. C. da; PINHO, S. T. de. Recursos financeiros escolares a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola como política pública. **Revista foco.** v. 14, n. 7. e4682. 2024.

NASCIMENTO, A. B. **(Des)feitos e (d)efeitos na composição remuneratória de docentes da rede estadual de educação básica de Rondônia no contexto das políticas do Fundeb e PSPN [2006 a 2016].** 2019. 530 f. Tese (Doutorado em Educação). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

OLDRA, A. A. **Ampliação e qualificação da educação infantil no município de Erechim: relevância, desafios e limitações.** 2017 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

OLIVEIRA, A. G. L. S. **Financiamento da educação básica no Ceará: o ICMS na promoção da equidade.** 2023. 211 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

OLIVEIRA, L. R. de. **Instrumentos orçamentários e desempenho da lei de responsabilidade fiscal (LRF): um perfil analítico dos investimentos educacional em Floriano – PI (2014-2017).** 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

OLIVEIRA, M. A. **O financiamento da política de convênio da educação infantil no Distrito Federal: os centros de educação da primeira infância (CEPIS).** 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

OLIVEIRA, M. de L. de. **O financiamento da escola de tempo integral da rede estadual de Goiás: um estudo de caso.** 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, W. T. P. Análise da potencialidade do IPTU para o financiamento da educação municipal: o caso de Mariana. 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal De Ouro Preto, Mariana, 2021.

PAULA, K. J. de. **Custo aluno do Programa Escola de Tempo Integral em Mogi das Cruzes/SP.** 2023. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

PAZ, A. M. de A. **A relação público-privado na educação básica argentina no período Macri (2015-2019):** sujeitos e conteúdo da proposta. 2023. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2023.

PERCINEY, J. **O sistema educacional no Haiti:** desafios para o acesso e o direito à educação pública 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

PEREIRA, A. C. da S. **Custo - aluno - qualidade para escolas do campo da Amazônia tocantina:** direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PEREIRA, G. L.; ALVES, T. Contribuições da produção acadêmica recente sobre remuneração docente para discussão da Meta 17 do PNE. **FINEDUCA** - Revista de Financiamento da Educação, v. 5, 2015.

PERGHER, C. J. **Mapeamento da Capacidade de Financiamento da Rede Municipal de Ensino de Getúlio Vargas/RS:** gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo (1993-2005). 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PESSANHA, F. N. de L. **O FUNDEB e a educação das crianças de 0 a 3 anos, no município de São Gonçalo/RJ:** um estudo de caso. 2023. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 1-24, 2018.

PRADO, V. F. L. do. **Gestão de políticas públicas para a educação infantil**: as contribuições do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade se Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

QUIRINO, S. R. **Transparência pública e financiamento da educação**: uma análise a partir das leis orçamentárias. 2018. 226 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RIBEIRO, D. B. A pandemia de COVID-19 e a pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Argumentm**, Vitória, v. 14, n. 2, p. 72-91, maio-ago. 2023.

ROCHA, S. S. **O estado do conhecimento sobre o financiamento da educação especial no Brasil no contexto do Fundeb (2007 a 2020)**. 2024. 117 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica). Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

SANTOS, J. B. dos. **O FUNDEB e a educação infantil no município de Itabuna**. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, M.; NETO-MENDES, A. Privatization processes of public education: A systematic literature review. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. (83), 2022.

SANTOS, M. B.; NOGUEIRA, S. C. C.. Políticas Públicas para o financiamento da educação básica: Mapeando pesquisas sobre o Fundeb. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, e425101119804, 2021.

SHIMOTE, J. Uma análise do gasto familiar com educação no Brasil e da participação do crédito em seu financiamento. 2015. 50 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SILVA, A. C. D. da; CORREIA, J. L. P.; SILVA, C. M. da; GOIS, A. J. S. Financiamento da educação básica: principais programas, impactos e seus desafios. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**. v. 4, n. 9, p. e494140, 2023.

SILVA, A. C. do V. V. de L. e. **Emendas parlamentares orçamentarias como mecanismo de financiamento da educação pública: Uma análise no período de 2015 a 2021.** 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação.** Porto Alegre , v. 43, n. 3, e37452, set. 2020.

SILVA, C. J. da. **O programa Escola Técnica Aberta do Brasil: uma análise de custo da implantação do curso técnico de nível médio em açúcar e álcool no Campus Inhumas.** 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, E. S. da. **Dialogando com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul: análises das referências sobre Estado, Gestão e financiamento nas reportagens do TCE/RS.** 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

SILVA, L. G. D. da. **Economia da educação: o orçamento público com responsabilidade fiscal como instrumento de justiça social.** 2021. 259 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SILVA, P. L. M. da. **O financiamento da educação em contextos federativos do Brasil, da Argentina e do México: relações intergovernamentais para a garantia da etapa obrigatória de escolarização** 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SILVA JUNIOR, W. T. da; ALVES, T. Financiamento da educação básica pública e resultados educacionais: revisão da literatura estrangeira e reflexões sobre o contexto brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 32, n. 35, 2024.

SOUSA, A. M. de. **Custo aluno/ano da educação infantil da rede pública municipal de ensino de Teresina-PI, em 2012.** 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

SOUZA, M. V. de. **Emendas parlamentares como fonte adicional de recursos educacionais: uma análise da sua representatividade em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em estados nordestinos (2007 a 2017).** 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

SPOSITO, M. P. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. *in* SPOSITO, M. P. (coord.) Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 11-15.

TEIXEIRA, E. **A política de financiamento da rede pública municipal de ensino de Cascavel Paraná (2013 a 2021).** 2023. 346 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Parana, Cascavel, 2023.

TIBURCIO, R. M. L.. **O custo aluno-qualidade como eixo do sistema nacional da educação: enfrentamento histórico ou miragem retórica.** 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOMASEVSKI, K. Free and compulsory education for all children: the gap between promise and performance. In: **Right to Education Primers**, n. 2. Gothenburg, Novum Grafiska AB, 2001.

TORMES, D. D. da S. **Relações interfederativas e o financiamento da educação básica no Brasil e na Argentina.** 2022. 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

UMANN, J. M. B. **O controle social e público da gestão financeira da educação através dos conselhos municipais em Triunfo/RS: uma reflexão das relações governo e sociedade.** 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VAZQUEZ, D. A **A regulação federal como mecanismo de ajuste: uma análise da lei fiscal e do financiamento das políticas de educação e saúde.** 2010. 342 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

YANAGUITA, A. I. **A produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil (1991-2005)**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

YANAGUITA, A. I. **Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental**. 2013. 142 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

APÊNDICE 1

TABELA 1

Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2025).

Subcategorias	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Análise das produções	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	1	7
Análise do financiamento da Educação Básica	3	4	3	3	4	1	2	3	3	3	3	4	5	5	3	12	14	3	78
Controle do financiamento	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	1	8	2	2	1	2	1	23
Custos e gastos educacionais	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	0	1	1	1	0	0	2	0	11
Elaboração das políticas de financiamento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	1	0	0	6
Financiamento e desigualdades	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4	6	3	4	0	3	1	25
Financiamento e qualidade	0	3	2	0	5	6	3	2	2	5	8	9	6	1	9	7	6	2	76
Financiamento externo	0	1	0	0	1	0		0	0	0	0	0	2	0	1	2	0	0	7
Fontes de financiamento	1	0	3	0		0	1	0	4	1	0	0	2	0	4	2	2	1	21
Fundeb	4	1	5	3	5	7	8	6	9	4	4	3	7	7	6	15	11	7	112
Fundef	4	4	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Gestão financeira	0	0	2	0	0	1	2	1	1	0	2	0	2	0	1	2	2	0	16
Pesquisa comparada	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	0	11
Políticas de austeridade	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	6	4	0	14
Privatização	1	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	2	3	2	3	3	6	1	26
Programas para a Educação Básica	1	2	0	3	2	3	2	4	4	4	3	6	12	7	5	13	8	5	84
Relações federativas	3	0	2	1	1	3	1	2	3	5	1	4	1	2	5	5	5	2	46
Valorização docente	0	0	1	1	1	2	0	3	2	5	1	0	9	1	2	5	4	1	38
Total Geral	17	21	21	17	22	27	24	23	29	27	28	35	67	32	50	77	72	25	614

FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

TABELA 2

Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)

Subcategorias	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Condicionalidades do VAAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Controle social	0	0	2	0	1	2	4	0	3	2	0	1	1	2	3	3	4	0	28
Cooperação federativa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	4
Efeitos em etapas e modalidades	0	0	1	0	1	2	1	0	3	1	2	0	2	1	0	2	1	1	18
Efeitos nas redes de ensino	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	6
Efeitos redistributivos	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	1	0	1	1	0	2	10
Elaboração do FUNDEB	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	1	2	0	1	10
Evolução das políticas de fundos	2	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	9
Impacto nos resultados	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	2	0	0	8
Privatização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Qualidade	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	1	1	9
Valorização docente	0	0	0	0	1	1	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7
Total Geral	4	1	5	3	5	7	8	6	9	4	4	3	7	7	6	15	11	7	112

FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

TABELA 3

Subcategorias das teses e dissertações sobre Programas para a educação básica (2007-2024)

Subcategorias	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Alimentação escolar	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	0	1	1	0	0	7
Assistência Estudantil	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	3	0	1	6
Educação em tempo integral	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	4	0	0	0	0	0	7
Educação no campo	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Educação Profissional	0	0	2	0	1	2	0	0	1	0	1	1	3	0	0	0	0	11
Outros programas	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	1	2	0	9
PAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	1	0	5
PDDE	0	0	1	2	2	0	0	1	0	1	1	2	3	3	5	4	4	29
Proinfância	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	3
Transporte escolar	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	5
Total Geral	1	2	3	2	3	2	4	4	4	3	6	12	7	5	13	8	5	84

FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

TABELA 4

Subcategorias das teses e dissertações sobre Análise do Financiamento da Educação Básica (2007-2024)

Subcategorias	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Educação básica	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	3	0	7
Educação no campo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	0	5
Educação especial	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	2	0	1	2	1	10
Educação infantil	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	4	0	10
Educação Profissional	1	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	2	0	2	11
EJA	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	5
Ensino Fundamental	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	5
Ensino Médio	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	2	1	0	10
Redes de ensino	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	2	0	0	1	0	8
Tempo integral	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	0	8
Total geral	3	4	3	3	4	1	2	4	3	3	3	4	5	5	3	12	14	3	79

FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

TABELA 5

Subcategorias das teses e dissertações sobre Financiamento e Qualidade (2007-2024)

Subcategorias	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
CAQ/CAQi	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	5
Efeitos em avaliações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Efeitos nas avaliações de proficiência	2	1	1	1	0	2	0	2	1	1	0	0	2	1	0	0	14
Efeitos no IDEB	0	1	0	0	0	0	1	1	2	4	2	0	1	0	0	2	14
Eficiência na alocação de recursos	0	0	2	2	2	0	0	0	2	0	2	0	1	1	2	0	14
Impactos em indicadores educacionais	0	0	2	1	0	0	1	0	0	0	1	0	3	1	2	0	11
Outos temas	1	0	0	1	1	0	0	2	2	3	1	1	0	3	1	0	16
Total Geral	3	2	5	6	3	2	2	5	8	9	6	1	9	7	6	2	76

FONTE: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.



Educação em Evidência

Estado da Arte das teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica (2007-2024)

Referente ao Produto 1 da Meta 3 do
TED IPEA/MEC nº 15.303

Número 2
Agosto, 2025

Sumário Executivo

- Foram analisadas 614 teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica, produzidas entre 2007 e 2024, a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- A produção sobre o tema cresce a partir de 2018, com o aumento do volume de textos em 2022-2023 – possivelmente influenciado pela aprovação do novo Fundeb e pela demanda represada da pandemia.
- 57,5% dos trabalhos (353) estão presentes em quatro categorias: Fundeb; Programas para a Educação Básica; Financiamento e Qualidade; e Análise do Financiamento da Educação Básica.
- Temas emergentes: políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento, análise da produção acadêmica, e destinação de recursos públicos à iniciativa privada.
- Lacunas: estudos sobre custos educacionais, efeitos das políticas de austeridade, novos mecanismos redistributivos do Fundeb permanente e impactos do Custo Aluno Qualidade (CAQ) na melhoria das condições de qualidade.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) preceitua a educação como dever do Estado. Nesse sentido, o texto constitucional consagra garantias que estabelecem o acesso à escolarização e as condições dessa oferta – o que demanda a formulação de políticas públicas, que somente podem ser realizadas pela alocação de recursos públicos.

O financiamento educacional, portanto, ocupa centralidade na implementação das políticas educacionais, passando a compor importante pauta de pesquisa.

Trabalhos anteriores desenvolvidos no âmbito da produção discente - em teses e dissertações - e em periódicos acadêmicos demonstram uma agenda de investigação em torno do financiamento, focando nas suas relações com a gestão educacional, com a remuneração do magistério, com a qualidade da alocação dos recursos, com as políticas de fundos ou mesmo com os resultados educacionais. Contudo, não foram encontrados estudos voltados ao desenvolvimento de uma revisão da literatura de forma mais abrangente.

A pesquisa em questão tem como objetivo apresentar o Estado da Arte de teses e dissertações sobre financiamento da educação básica no Brasil, produzidas entre 2007 e 2024. O trabalho se justifica pela ausência de levantamentos com essa amplitude, baseadas em produções dos Programas de Pós-Graduação do país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2007 e 2024, para a constituição de um Estado da Arte. O recorte concentra-se na produção discente dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, com foco em trabalhos sobre o financiamento da educação básica no período citado.

O recorte temporal tem início com a vigência do Fundeb transitório, marco da função redistributiva e supletiva da União, ainda que insuficiente para garantir equidade entre os entes federados. A pesquisa busca identificar como e em que medida o tema passa a ser abordado academicamente, oferecendo subsídios sobre os efeitos das diferentes fontes de financiamento educacional.

Os dados foram extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, resultando em um banco de 614 trabalhos. Após a análise de títulos e resumos, os textos foram agrupados em categorias temáticas, sendo cada trabalho vinculado a apenas uma categoria.

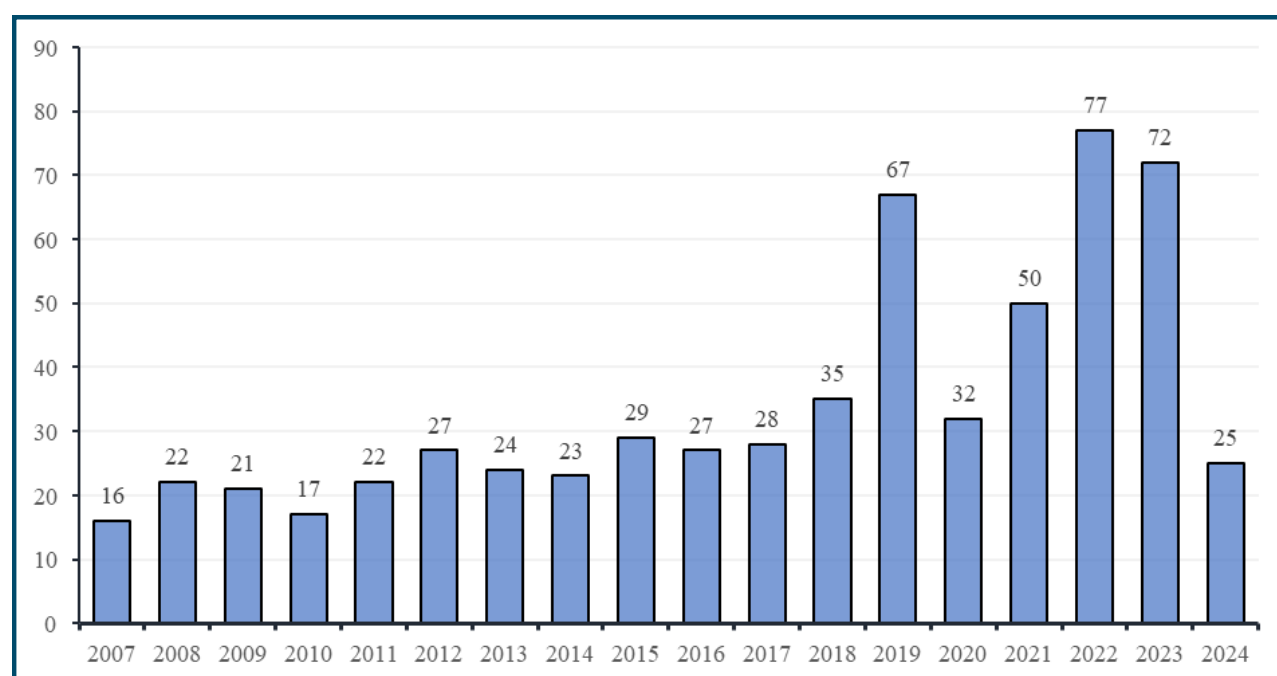
O ESTADO DA ARTE

O **Gráfico 1** mostra que a pesquisa sobre financiamento da educação básica nos programas de pós-graduação no Brasil se intensifica a partir de 2018 e 2019, possivelmente pela aproximação do fim da vigência do Fundeb transitório e da neces-

sidade de discutir novas formas de financiamento. Apenas 32,7% dos trabalhos (201) foram produzidos na primeira metade do período de análise, ou seja, até 2015.

A queda nas produções em 2020 e 2021 pode estar relacionada à redução de titulações durante a pandemia de Covid-19, o que pode ter impulsionado o aumento de textos em 2022 e 2023, diante da redução observada em 2024. Além disso, a aprovação do Fundeb permanente, em 2020, também pode ter influenciado o crescimento da produção acadêmica no período.

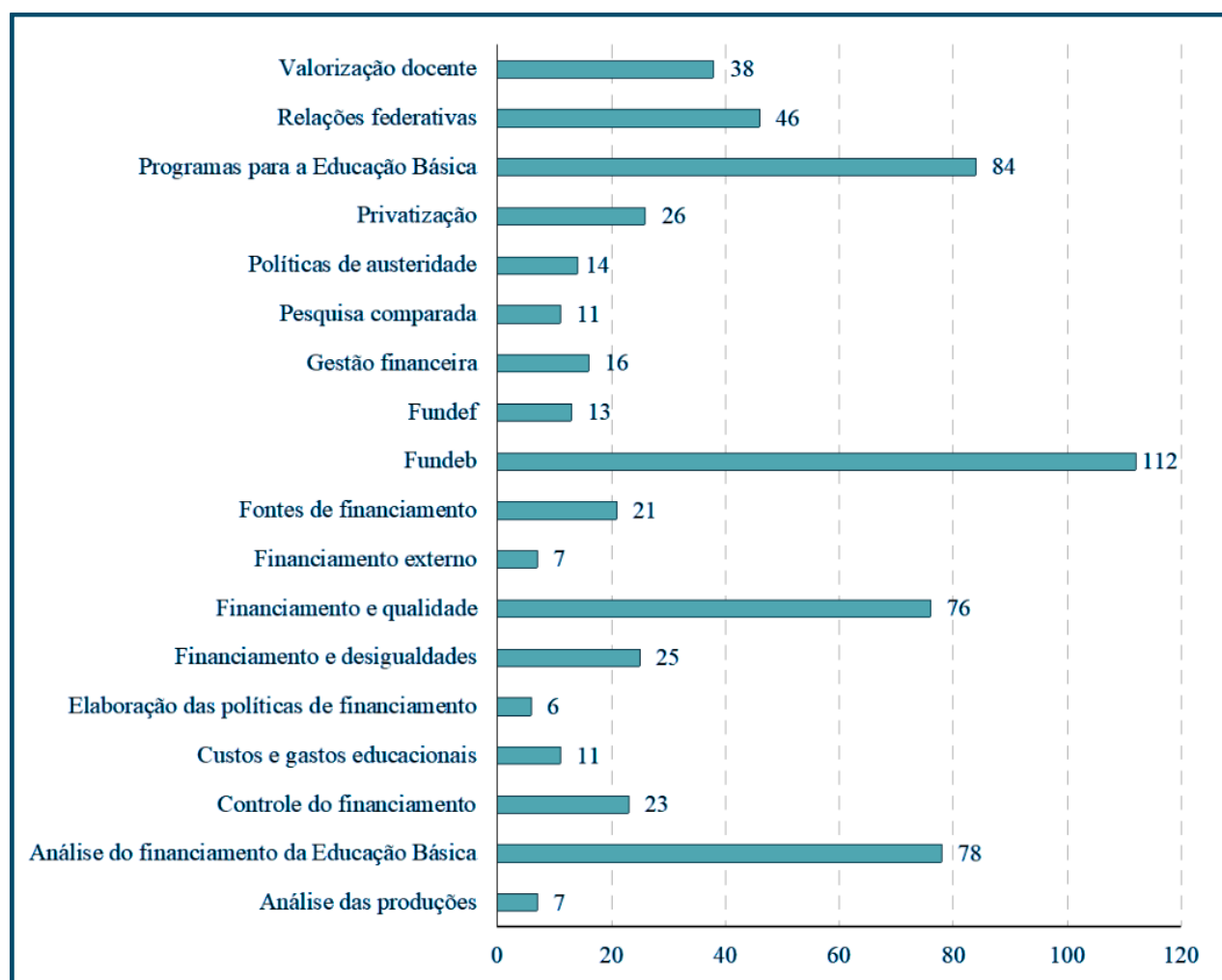
Gráfico 1 – Distribuição temporal das teses e dissertações sobre financiamento da educação básica (2007-2024)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 2** mostra a distribuição dos trabalhos por categoria, sendo que 57,5% dos trabalhos (353) concentram-se em quatro delas: Fundeb; Programas para a Educação Básica; Financiamento e Qualidade; e Análise do Financiamento da Educação Básica.

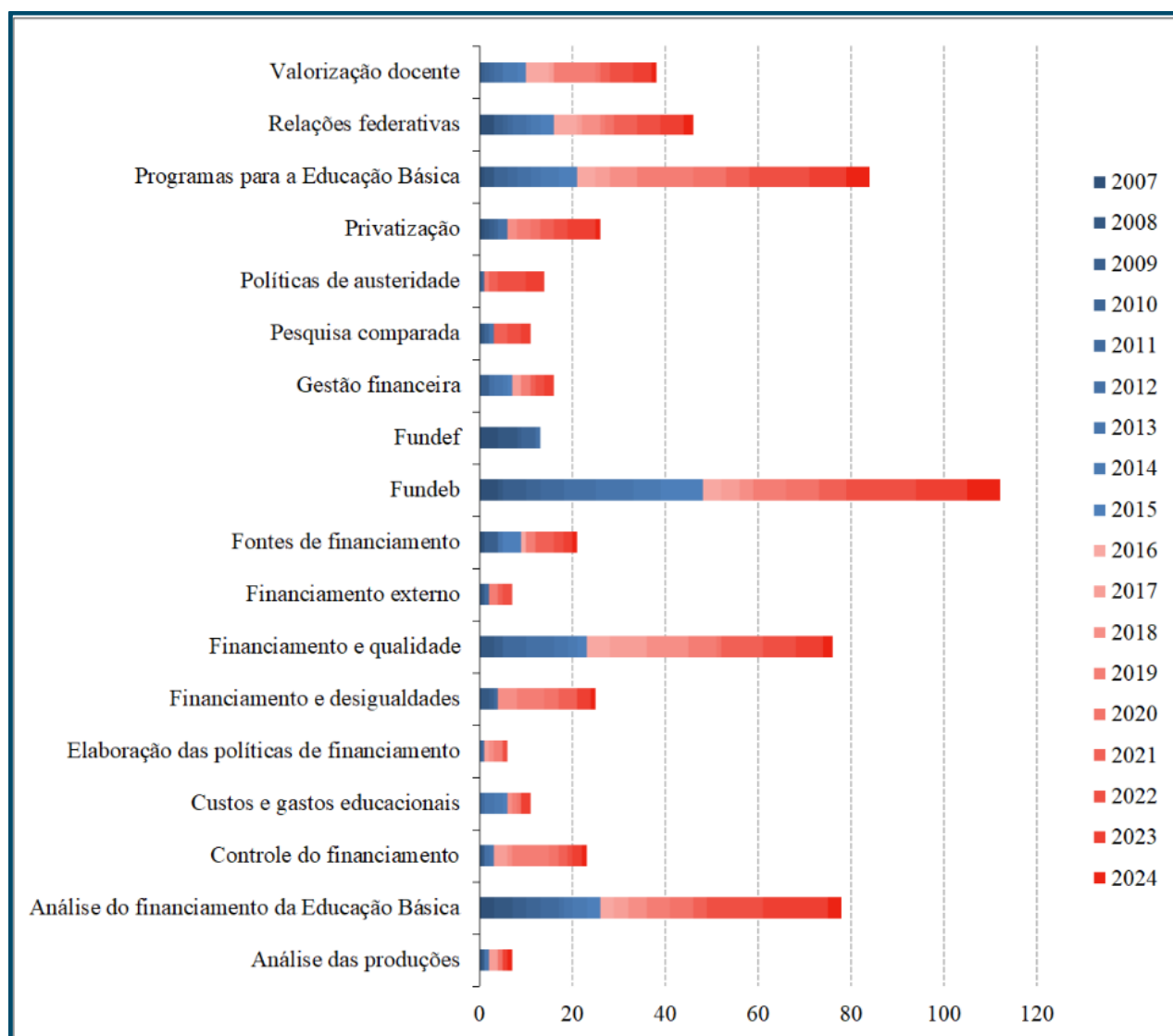
Gráfico 2 – Trabalhos de acordo com as categorias temáticas



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 3** indica a distribuição dos trabalhos, por categoria, ao longo do tempo. A maior parte da produção concentra-se a partir de 2016, destacada em tons de vermelho. Apenas os trabalhos na categoria Fundef foram produzidos nos primeiros anos do recorte temporal. As demais categorias distribuem-se ao longo de todo o período de análise, com destaque para as quatro com maior número de trabalhos. Contudo, nota-se que temas como políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento e análise das produções se concentram nos anos mais recentes, indicando sua incorporação à agenda da pesquisa sobre financiamento da educação básica.

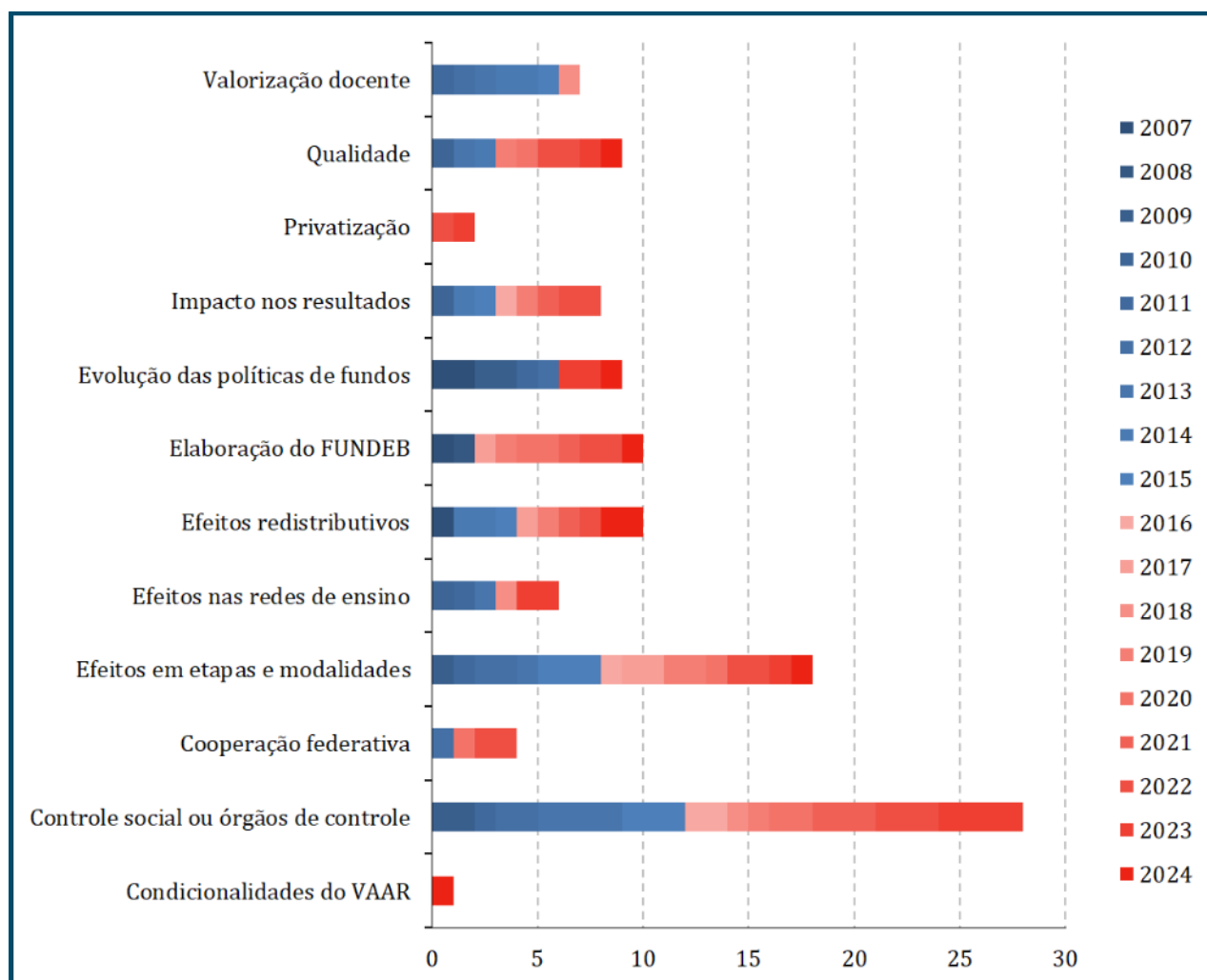
Gráfico 3 – Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2025)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 4** apresenta os trabalhos da categoria Fundeb organizados em subcategorias. Observa-se forte interesse no controle da política e seus efeitos nas etapas e modalidades educacionais, presente ao longo de todo o período analisado. Estudos sobre valorização docente e elaboração das políticas de fundos são mais frequentes até 2015, com redução posterior. Por outro lado, temas como Qualidade, Impactos nos Resultados, Elaboração do Fundeb e Cooperação Federativa ganham destaque nos anos mais recentes, enquanto os trabalhos sobre financiamento da iniciativa privada com recursos do Fundeb surgem apenas nos últimos anos do recorte.

Gráfico 4 – Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Trabalhos que atendam a interesses manifestados pela SEB/MEC

Para atender a um dos produtos previstos na parceria entre IPEA e MEC, os resumos foram analisados com foco em questões específicas.

1. Evolução do financiamento da educação básica ao longo do tempo: Doze trabalhos avaliam o comportamento do financiamento durante os anos investigados. Destes, sete trabalhos olham para a evolução de recursos no âmbito do Fundeb em particular.

2. Prospecção de novos mecanismos de financiamento: Sete trabalhos discutem novos mecanismos. Um analisa o uso do IPTU; dois tratam das emendas parlamentares; um aborda a captação de recursos da iniciativa privada para a educação profissional; outro propõe o uso da reserva global de reversão de energia

elétrica; um analisa o potencial de destinação de royalties de recursos não renováveis (como o petróleo, minerais e hídricos); e um sugere medidas como a ampliação da arrecadação, redução da elisão fiscal, uso de receitas do pré-sal e diminuição dos juros. Dois trabalhos discutem o ICMS educacional, não como nova fonte, mas como mecanismo de redistribuição. Cinco produções analisam parâmetros como o CAQ e o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), discutindo a suficiência dos recursos para garantir educação de qualidade.

3. Financiamento da educação infantil: Quarenta e nove trabalhos tratam do financiamento desta etapa educacional, abordando desde a ampliação da oferta, o conveniamento, até a capacidade de financiamento pelos municípios.

4. Efeitos do financiamento sobre os resultados educacionais: Sessenta e nove trabalhos analisam os resultados da avaliação de proficiência dos estudantes, olhando principalmente para a eficácia da alocação dos recursos em virtude do desempenho em avaliações em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil no período entre 2007 e 2024, permitiu identificar a existência de uma amplitude nos temas investigados no âmbito do financiamento da educação, que perpassa desde a elaboração das políticas, sua implementação, efeitos e inclusive análise das produções acadêmicas.

As discussões sobre custos educacionais e políticas de austeridade ainda são incipientes e demandam maior investigação, constituindo-se em lacunas da produção. Poucos estudos abordam os novos mecanismos de distribuição do Fundeb permanente, possivelmente por estarem em fase de implementação. No entanto, dada a revisão dos critérios de complementação da União prevista para o sexto ano de vigência do plano, e sua reavaliação a cada dez anos, conforme o art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88, pesquisas que avaliem a efetividade da política e a dependência das redes para manter seus sistemas são relevantes. Igualmente, pesquisas sobre os impactos da implementação do CAQ nas condições de qualidade podem subsidiar decisões políticas para sua regulamentação.

Ficha Técnica

Coordenação: Adriano Souza Senkevics

Equipe: Barbara Cristina Hanauer Taporosky

Imagem da capa: gerada por inteligência artificial (OpenAI – ChatGPT, DALL·E), 2025.

RELATÓRIO PARCIAL DO PRODUTO 1 DA META 3

O MUNDO CONHECE O FUNDEB? A POLÍTICA DE FUNDOS SEGUNDO A LITERATURA INTERNACIONAL

Barbara Cristina Hanauer Taporosky
Doutora Bolsista – DISOC

Adriano Souza Senkevics
Técnico de pesquisa e planejamento – DISOC

1. INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida, no Brasil, enquanto um direito público subjetivo e, portanto, caracteriza-se como dever do Estado (Brasil, 1988). Logo, demanda uma atuação estatal para sua garantia, fazendo com que ingresse na disputa pelo fundo público (Cury, 2007). Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) estabeleceu mecanismos de financiamento da educação básica, de forma a garantir um mínimo de recursos a serem aplicados em educação: o mecanismo conhecido como a vinculação constitucional de recursos para aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), que corresponde a 18% das receitas de impostos arrecadados pela União e 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais de estados e municípios.

A vinculação constitucional é um mecanismo central para a garantia de um investimento mínimo de recursos em educação no país. Contudo, tem como efeitos a desigualdade dos valores aplicados nos diferentes entes federados, como resultado do desequilíbrio do federalismo brasileiro no que se refere à repartição das responsabilidades educacionais e à arrecadação de recursos (Pinto, 2018; Alves; Silveira; Bruno, 2020). Em virtude disto, as políticas de fundos passam a ser pensadas como uma estratégia, visando dar atendimento à função supletiva e redistributiva da União, de forma a garantir a

equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino (Pinto, 2019).

As políticas de fundos, portanto, nascem com o objetivo de minimizar a desigualdade dos gastos por aluno das escolas de diferentes entes federados, mediante uma subvinculação de recursos a serem redistribuídos dentro de cada estado da federação de acordo com o número de matrículas das redes, além de contar com uma complementação de recursos por parte da União (Pinto, 2019).

Isso significa dizer que, no âmbito dos recursos arrecadados por meio do mecanismo da vinculação constitucional por estados e municípios, parte sofre uma subvinculação para destinação a fundos contábeis que serão responsáveis pela sua redistribuição, visando equalizar o financiamento educacional intraestadual pela lógica da quantidade de matrículas que cada rede da educação básica é responsável. A União, por sua vez, colabora complementando os recursos para os entes federados com menos disponibilidade de recursos, visando assegurar um valor mínimo anual por estudante a ser praticado nacionalmente.

Já tivemos, no Brasil, três gerações das políticas de fundos. A primeira se tratou do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), instituído por meio da Emenda Constitucional (EC) 14/1996, com vigência de dez anos, entrando em vigor em 1997 com validade até 2006. Os fundos dos 26 estados e do Distrito Federal eram originalmente compostos pela subvinculação de 15% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE)¹, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)², Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI exportação). O valor resultante destas receitas em cada estado e distrito federal era dividido pelo número de matrículas no território, indicando o valor anual por aluno do fundo (VAAF).

¹ O FPE é constituído de 21,5% da arrecadação do imposto sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) arrecadado pela União.

² Constituído por 25,5% da arrecadação do imposto sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) arrecadado pela União.

Com o fim da vigência do Fundef, foi aprovada a EC 53/2006 que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de caráter transitório, cuja vigência iniciou-se em 2007 e com validade até 2020. Para além de dar continuidade à política de fundos, o Fundeb apresenta algumas importantes diferenças em relação ao seu antecessor: passa a contabilizar as matrículas de toda a educação básica, incluindo a educação infantil nos segmentos da creche e da pré-escola e também o ensino médio; inclui todos os profissionais da educação e não apenas os profissionais do magistério; faz uma previsão clara da complementação dos recursos por parte da União, de no mínimo 10% sobre o valor do fundo. O Fundeb, também, contou com uma ampliação da cesta de impostos que o compunham: 20% dos recursos do FPE, FPM, imposto sobre transmissão causa mortis e doações (ITCMD), ICMS, imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), cota parte devida aos municípios do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), IPI Exportação e eventuais impostos que a União instituir.

Essas diferenças na política levaram a uma ampliação dos recursos para a educação básica no país que gerou redução das desigualdades, mas ainda de forma insuficiente para uma efetiva equalização (Pinto, 2018; Pinto, 2019). Uma das questões levantadas acerca do que hoje denominamos Fundeb transitório é a de que como a complementação da União só chegava ao nível agregado de estados. Assim, municípios que eventualmente tivessem baixa capacidade financeira, mas integrassem estados que não recebiam a complementação do Fundeb, não eram beneficiários dessa complementação.

No ano de 2020, foi aprovada a EC 108/2020, que constitucionalizou o Fundeb de forma permanente, ou seja, sem prazo de vigência para seu encerramento, criando novos mecanismos de distribuição e ampliando a complementação da União. Outra alteração na política foi a necessidade de que 70% dos recursos do fundo – e não mais 60% como eram as políticas anteriores – sejam investidos na remuneração dos profissionais da educação.

A União passa, na nova política, a complementar o fundo no montante de, no mínimo, 23% – o que se amplia progressivamente entre os anos de 2021 e 2026. Os 10% já

praticados no Fundeb transitório se mantêm na mesma lógica do VAAF, mecanismo redistributivo já existente, no âmbito de cada estado e distrito federal.

Mas dois novos mecanismos entram em cena: o do valor aluno ano total (VAAT) e o VAAR³. O VAAT, cuja complementação da União corresponderá a 10,5% no ano de 2026, é calculado considerando as receitas totais com educação – não apenas as que compõem o fundo – para possibilitar a destinação de recursos tanto no âmbito dos estados, quando para os municípios cujo valor por aluno não atingir a média nacional.

O VAAR, por outro lado, corresponde a 2,5% de complementação da União ao fundo, que será repartido mediante o cumprimento de condicionalidades de gestão previstas em lei, com alcance de indicadores definidos de atendimento e melhoria de aprendizagem com redução das desigualdades, considerando o sistema nacional de avaliação da educação básica. Essas condicionalidades foram previstas na Lei 14.113/2020, lei que regulamenta o Fundeb permanente.

O Fundeb permanente, então, não apenas ampliou a complementação da União, como tornou mais complexo o modelo de distribuição, incluindo, ainda, ponderadores por nível socioeconômico (NSE) e disponibilidade de recursos vinculados à educação (DRec), visando uma melhor redistribuição de recursos entre as diferentes redes de ensino no país, a fim de garantir maior equalização do financiamento.

Para além destas alterações, a EC 108/2020 constitucionalizou o custo aluno-qualidade (CAQ) como referência do padrão mínimo de qualidade de ensino que deve ser garantido pela União no exercício de sua função redistributiva e supletiva. Contudo, a pactuação do CAQ deve se dar em regime de colaboração mediante a edição de uma lei complementar, o que não ocorreu até o momento de finalização da elaboração do presente relatório.

Dada a importância e a centralidade das políticas de fundos ora indicadas para o financiamento educacional no Brasil, elas constituem interesse central de uma grande quantidade de pesquisas acadêmicas. A análise das teses e dissertações sobre

³ A sigla VAAR está prevista na Lei 14.133/2020 que regulamenta o Fundeb permanente, mas sem uma previsão acerca do seu significado, diferente do que ocorre com as complementações VAAF e VAAT.

financiamento da educação básica produzidas no Brasil entre os anos de 2007 e 2024 disponíveis do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), mostra que dos 614 trabalhos encontrados, 112 (18,2%) referem-se ao Fundeb (Ipea, 2025).

Contudo, para além da produção nacional identificada, surgiu o interesse de verificar se o Fundeb tem se constituído em um interesse de análise também na produção internacional e como ele tem sido retratado nesta produção. Assim, este relatório tem como objetivo identificar como o Fundeb tem sido discutido na literatura internacional.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se constitui em uma revisão da literatura internacional sobre o Fundeb. Para a construção da pesquisa, seguiram-se os procedimentos indicados por Galvão e Ricarte (2019) para a coleta, seleção e análise: delimitação de uma questão norteadora da revisão; seleção das bases de dados; elaboração das estratégias de busca; seleção e sistematização dos resultados.

A revisão da literatura foi realizada para responder à seguinte questão norteadora: como o Fundeb tem sido discutido na produção técnica e científica internacional? Por produção técnica, consideram-se os produtos técnicos, relatórios e publicações dos organismos internacionais que atuam na área educacional. A produção científica foi restrita, neste trabalho, às publicações em periódicos científicos. Considera-se, por fim, como literatura internacional, aquela publicada em periódicos internacionais, ou seja, que não foi realizada em revistas ou jornais científicos brasileiros; também são incluídos relatórios e produções técnicas produzidas e publicizadas pelos organismos internacionais em língua estrangeira e não realizados por escritórios ou repartições brasileiras⁴.

⁴ Há casos em que os produtos técnicos foram produzidos por organismos internacionais em colaboração com alguma repartição brasileira. Nestes casos, os documentos foram considerados, por terem sido publicados em língua estrangeira ou constarem nos repositórios internacionais da organização.

O quadro 1 sistematiza as decisões procedimentais acerca das bases de dados consultadas e das estratégias de busca adotadas. No caso das publicações em periódicos, as bases indexadas permitem uma investigação sistemática, orientada por descritores que possuem relação direta com o objeto de pesquisa. Também é possível estabelecer filtros de coleta, delimitando os resultados.

Contudo, no caso das produções técnicas, foi necessária a consulta a repositórios dos organismos internacionais, que não contam com mecanismos de busca organizados. Essas ferramentas não permitem uma busca sistemática por tema ou mesmo o estabelecimento de filtros. Nestes casos, foram realizadas investigações utilizando, inicialmente, os mesmos descritores aplicados aos periódicos. Nos casos em que não havia retorno de trabalhos, foram utilizados descritores mais amplos, realizando-se uma investigação posterior no teor dos trabalhos a fim de identificar a vinculação temática à pesquisa. Assim, foi necessário adequar a estratégia de busca para cada portal consultado, a fim de obter a maior quantidade de trabalhos possível.

Foi, ainda, estabelecido como recorte temporal o período de 2007 a 2024, o que significa dizer que apenas trabalhos publicados nesse período foram coletados. Tendo em vista que o objeto de análise específico é o Fundeb, o início do recorte temporal foi estabelecido no ano em que o mecanismo entrou em vigor. O final do recorte foi estabelecido no último ano completo anterior à realização da presente pesquisa.

QUADRO 1

Bases de dados e estratégias de busca da revisão da literatura

Tipo de Documento	Base de Dados	Descritores Utilizados	Filtros Aplicados	Qtde. de trabalhos coletados
Publicação em periódicos científicos	Portal de periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes)	Fundeb; "Fund for Maintenance and Development of Basic Education"; "education finance in Brazil"; "school	Recorte temporal: apenas trabalhos produzidos entre 2007 e 2024;	2
	Web of Science		Excluídos trabalhos em língua portuguesa; excluídos trabalhos da região geográfica Brasil; excluídos trabalhos	4
	Science Direct			18
	Scopus			8

	Education Resources Information Center (Eric)	funding in Brazil"	publicados em periódicos brasileiros.	2
Produção técnica	Repositório do Banco Mundial	Brazil and education		20
	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Brazil and education		10
	Unicef	Fundeb	Não coletados textos em português	3
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	FUNDEB; "Fund for Maintenance and Development of Basic Education"; "education finance in Brazil"; "school funding in Brazil"; EDUCATION AND BRAZIL		5
	National Bureau Economic of Research (Nber)	Fundeb		2
	Comissão econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)	Fundeb		4
	Unesco	Fundeb		59

FONTE: Elaboração própria (2025).

Cada base de dados consultada retornou trabalhos diversos com disponibilidade de acesso específicas. Contudo, tendo em vista que o objetivo orientador da revisão é identificar como o Fundeb tem sido retratado na literatura internacional, é central a avaliação dos trabalhos encontrados em sua totalidade para poder responder à questão

norteadora. Portanto, um elemento de inclusão no banco de análise era a disponibilidade da íntegra da publicação⁵.

Constituiu-se, portanto, um banco contendo 129 trabalhos, contendo as informações relativas ao título dos trabalhos, autoria, ano da publicação, tipo (artigo em periódico, livro, capítulo de livro ou documento técnico/relatório), periódico ou repositório da publicação, língua do documento; fonte de coleta, objeto e perfil de autoria.

A partir de uma análise preliminar do título, resumo e informações pontuais existentes no teor dos textos, foi feita uma classificação inicial dos trabalhos segundo seu objeto: (1) estudo sobre o Fundeb, quando se tratava do objeto central de análise da produção; (2) componente de análise, quando o trabalho fazia uma discussão sobre outros elementos, dentre os quais se encontrava o Fundeb; e (3) citação, que se tratam de produções em que o Fundeb é apenas citado de forma ilustrativa ou para complementação de informações. Essa divisão foi realizada com o objetivo de tratar quantitativamente esses trabalhos e avaliar quais prescindiam de maior aprofundamento em uma análise qualitativa.

Ademais, refletindo sobre em que medida essas produções demonstram um efetivo interesse de pesquisa de instituições estrangeiras, também se identificou o perfil de autoria dos trabalhos. A ideia, aqui, foi averiguar se os trabalhos foram desenvolvidos por autores brasileiros com carreira nacional; autores brasileiros com carreira no exterior; autores estrangeiros; autores estrangeiros e brasileiros; ou organismo internacional (nos casos em que se tratava de uma publicação institucional, sem que houvesse autoria física indicada).

Assim, na próxima seção, serão apresentadas as informações quantitativas em relação aos dados constantes no banco de análise para, posteriormente, analisar os debates existentes na literatura internacional sobre o Fundeb.

3. MAPEAMENTO DA LITERATURA INTERNACIONAL

Após a construção do banco de dados contemplando as produções técnicas e científicas existentes na literatura internacional acerca do Fundeb, de acordo com os

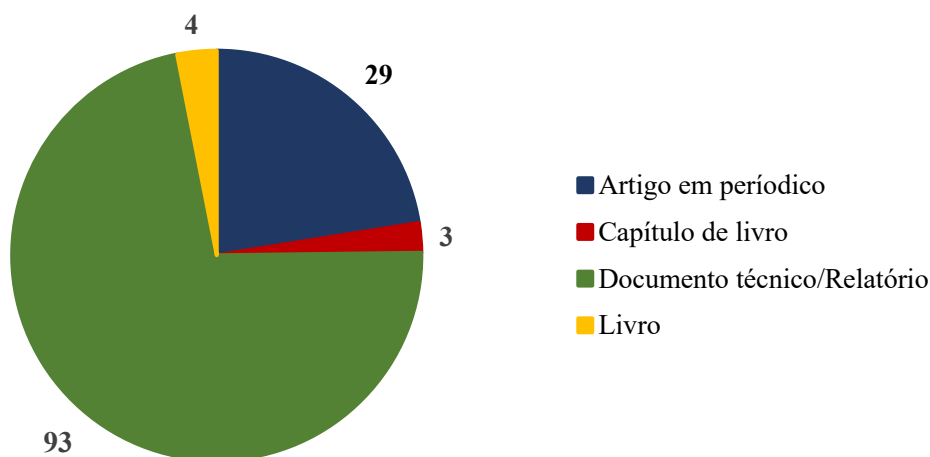
⁵ Cinco trabalhos não foram incluídos no banco pela ausência de acesso ao trabalho completo.

procedimentos metodológicos indicados, chegou-se a 129 trabalhos que, em alguma medida, abordavam o Fundeb. Nesta seção, serão indicadas as características gerais, com tratamento quantitativo desses trabalhos.

O gráfico 1 indica o tipo da produção selecionada. Como se verifica, a maior parte dos trabalhos (93, correspondente a 72%), diz respeito a documentos ou relatórios técnicos produzidos pelos organismos internacionais. Esse achado pode indicar que o Fundeb tem sido abordado mais na produção técnica do que na produção científica, no âmbito internacional.

GRÁFICO 1

Tipo das produções técnicas e científicas: revisão da literatura internacional sobre o Fundeb (2007-2024)



FONTE: Elaboração própria.

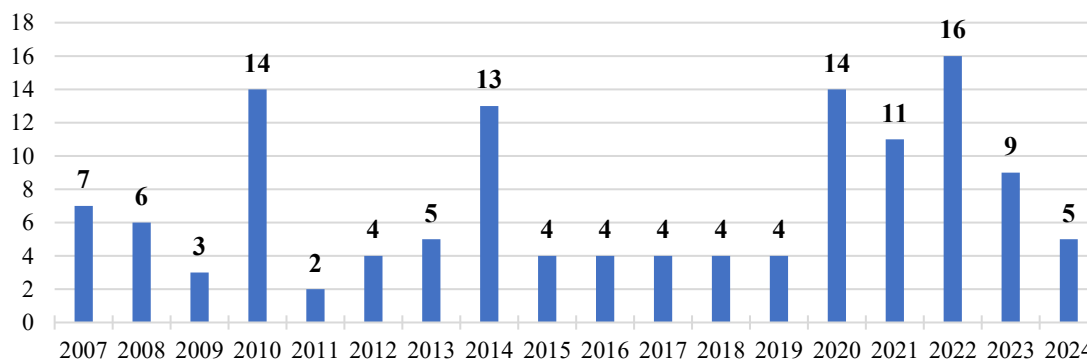
Já o gráfico 2 indica a distribuição temporal desses trabalhos. O que se percebe é a existência de produção em todo o período temporal analisado, havendo um pico nas produções nos anos de 2010 e 2014, com um aumento mais expressivo a partir do ano de 2020. Alguns marcos legais podem constituir hipóteses explicativas acerca dessa variação temporal.

No ano de 2009 foi editada a EC nº 59/2009, que não apenas ampliou a obrigatoriedade para todas as crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 17 anos de idade, mas também extinguiu a desvinculação de receitas da União (DRU), mecanismo que permitia ao Governo Federal desvincular verbas constitucionalmente destinadas a rubricas específicas – como educação e saúde – para outros gastos. Essas alterações geraram impactos financeiros, inclusive em relação ao Fundeb (Pinto, Alves, 2011). Já no ano de 2014 há a entrada em vigor do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até dezembro de 2025⁶, um marco importante para a política educacional brasileira e pode ter motivado estudos sobre o financiamento e, especificamente, sobre o Fundeb.

No ano de 2020 se encerrou a vigência do Fundeb transitório e há a aprovação do Fundeb permanente por meio da EC 108/2020. A nova política de fundos, que conta com novos mecanismos de redistribuição e amplia a contribuição da União, pode ter motivado um interesse maior da produção técnica e científica internacional sobre a temática.

GRÁFICO 2

Distribuição temporal da produção internacional sobre o Fundeb (2007-2024).



FONTE: Elaboração própria.

Outro dado coletado diz respeito ao objeto de análise dos trabalhos, que foi organizado em 3 categorias: (1) estudos sobre o Fundeb, contemplando 5 produções; (2) componente de análise, com 54 trabalhos; e (3) citação, com 70 textos.

⁶ Originalmente o PNE tinha vigência até julho de 2024. Contudo, houve sua prorrogação até 31 de dezembro de 2025, pela Lei 14.934/2024.

Foram categorizados enquanto “estudos sobre Fundeb” aqueles trabalhos que tinham como objeto central de análise a política de fundos. Os trabalhos categorizados enquanto “componente de análise” não tem como objeto o Fundeb, mas o trazem como um elemento de debate: em alguns casos, com uma explicação de seu funcionamento para estabelecer uma fundamentação teórica necessária à compreensão de outras políticas educacionais; em outros, como fonte de dados a serem analisados no trabalho. Contudo, em todos os 54 trabalhos desta categoria, é possível identificar alguma conclusão indicada no relatório a respeito desta política, como se verá na sequência deste relatório.

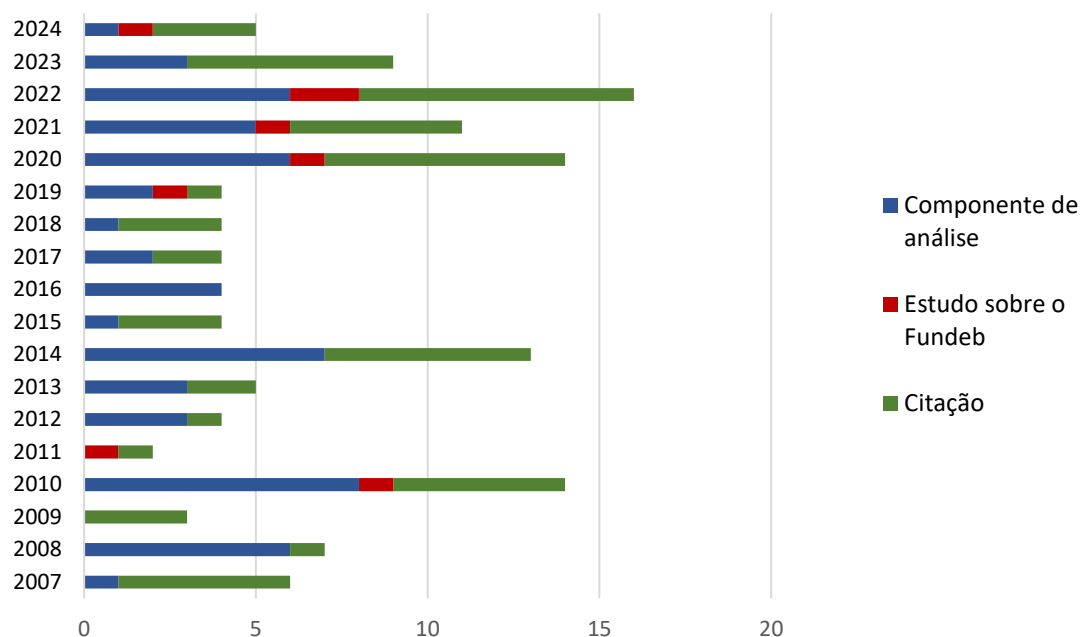
Já no caso da categoria “citação”, são os trabalhos que citam a existência do Fundeb de forma muito pontual, sem qualquer problematização. Trata-se de trabalhos em que a política é apresentada apenas com caráter informativo, sem que seja possível verificar quaisquer reflexões sobre seu funcionamento ou importância específica para o financiamento educacional. Estes 70 trabalhos foram assim categorizados apenas para fins quantitativos e não serão objeto de análise qualitativa no desenvolvimento das demais seções deste relatório.

Percebe-se, assim, que a discussão do Fundeb na literatura internacional está centrada em seu uso para fins exemplificativos ou ilustrativos ou nele como parte de análise de outros objetos relativos às políticas educacionais, o que será mais bem aprofundado na próxima seção deste relatório. O que é possível afirmar é que são poucas as produções realizadas tendo o Fundeb como foco central de análise.

O gráfico 3 indica como essas três categorias se distribuem temporalmente. O que se percebe é que os estudos específicos sobre o Fundeb são mais presentes a partir do ano de 2019, com exceção de duas produções publicadas nos anos de 2010 e 2011. Em relação às duas outras categorias, percebe-se a presença em praticamente todo o período de análise.

GRÁFICO 3

Distribuição temporal de acordo com o objeto dos trabalhos (2007-2024).



FONTE: Elaboração própria.

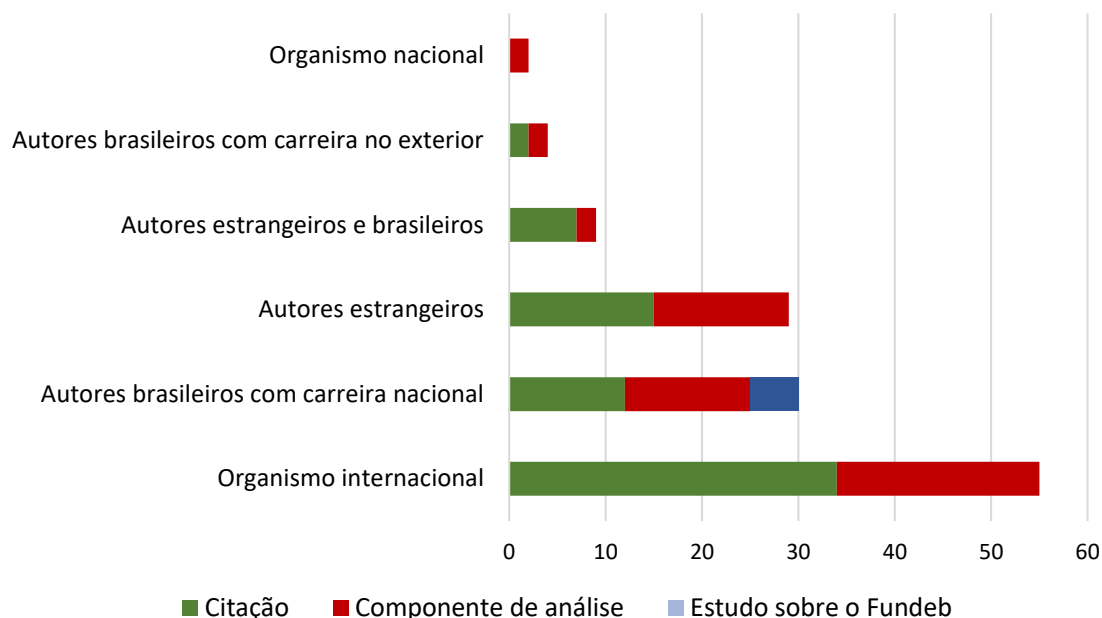
Outro dado investigado diz respeito à autoria destes trabalhos. O objetivo, aqui, é identificar em que medida a produção internacional sobre o Fundeb é fruto de um esforço da divulgação científica dos brasileiros no exterior, ou se se configura em um objeto de interesse de análise especificamente por pesquisadores e organizações estrangeiras.

Analisando-se a autoria conjuntamente com o objeto dos trabalhos, no gráfico 4, percebe-se que os estudos específicos sobre o Fundeb são produzidos, exclusivamente, por autores brasileiros que publicam no exterior.

Contudo, chama a atenção a grande quantidade de trabalhos realizados nas duas outras categorias – componente de análise e citação – produzidos por autores brasileiros com carreira no exterior, autores estrangeiros ou por organismos internacionais. Esse achado denota que há um conhecimento acerca do mecanismo na literatura internacional, ainda que não se configure no interesse central de análise dessas produções.

GRÁFICO 4

Distribuição da autoria por objeto das produções sobre Fundeb na literatura internacional (2007-2024).



FONTE: Elaboração própria.

Após a análise mais geral dos dados quantitativos da produção levantada, nas próximas seções será realizada uma análise mais detida de cada um dos 5 trabalhos que têm por objeto o Fundeb, bem como uma discussão sobre como é utilizado nas produções em que aparece como componente de análise, o que ocorre em 54 trabalhos. Como já indicado, os outros 70 trabalhos da categoria “citação” não serão analisados qualitativamente, pois se referem a produções em que o mesmo é apenas citado como exemplo, de forma muito pontual. Nesses casos, não foi possível observar uma relevância ou mesmo um debate sobre o Fundeb, o que impede qualquer análise acerca de como o mecanismo foi observado na literatura.

4. OS ESTUDOS SOBRE O FUNDEB

Nesta seção serão analisados detidamente os cinco trabalhos da produção internacional que discutem especificamente o Fundeb. Todos os trabalhos que constam nessa categoria foram desenvolvidos por brasileiros com carreira nacional. Dentre os

textos encontrados, a primeira produção no período de análise remonta ao ano de 2010: o artigo publicado na revista *School Business Affairs* intitulado “Financing Public Education in Brazil: The Constitutional Framework”, de Nina Beatriz Stocco Ranieri. Para contextualizar as políticas de fundos, Ranieri (2010) inicia explicando o sistema de financiamento educacional previsto na CF/88 para, em seguida, explicar a subvinculação das receitas de alocação específica em manutenção e desenvolvimento do ensino ao Fundef e, posteriormente, ao Fundeb provisório.

Como resultados do Fundef, Ranieri (2010) ressalta a redução do percentual de crianças entre 7 a 17 anos fora da escola, bem como a priorização de despesas com estudantes e professores. A partir dessas constatações, a autora apresenta o Fundef como uma importante política de descentralização, especialmente em um país com um histórico de políticas centralizadoras de gestão dos recursos públicos. Como consequência, há uma maior distribuição de recursos para os municípios.

O texto segue indicando como o Fundeb transitório amplia as etapas da educação básicas beneficiadas pelos recursos do fundo, diferentemente do Fundef, que focalizava apenas o ensino fundamental. Ao final, a autora conclui que a descentralização de responsabilidades e recursos fiscais promovida pelas políticas de fundos é uma exceção ao modelo de federalismo centralizado brasileiro.

Henrique Guimarães Coutinho e Ana Fátima P. de Sousa Abranches (2019) produziram o artigo “A dinâmica dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb em municípios do Nordeste”⁷, realizando uma pesquisa sobre a percepção dos secretários municipais de educação e conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/Fundeb) a respeito de seus papéis nessas esferas participativas. O trabalho se fundamenta na participação e no princípio da gestão

⁷ Trata-se de um artigo publicado em língua portuguesa, mas em uma revista latino-americana que recebe produções em português, espanhol e inglês. Tendo em vista que mesmo com a aplicação dos filtros indicados nos procedimentos metodológicos e por se tratar de uma revista internacional, o artigo passou a compor o corpo de análise.

democrática. Nesse sentido, retrata como, na passagem do Fundef para o Fundeb transitório, a composição do conselho passou a contemplar maior participação da sociedade civil.

A opção metodológica dos autores foi a realização de questionários com os secretários municipais de educação e conselheiros do CACS/Fundeb de municípios da região Nordeste do país. Para isso, foi construída uma amostra probabilística baseada no tamanho da população, em cada município e estado da região e, na sequência, realizada uma estratificação por conglomerados a fim de definir quais municípios seriam selecionados para a aplicação dos questionários. Do universo de 1.775 municípios nordestinos, em 382 foram aplicados os instrumentos.

Como resultados, o trabalho indica que há institucionalização e consolidação de processos democráticos para a composição dos conselhos, embora não se possa excluir a hipótese de interferência de forças políticas locais nesses processos. Ainda, que há um desequilíbrio nas representações no exercício da presidência, uma vez que a menor parte é ocupada por representantes da sociedade civil, o que é mais agravado pela existência de conselhos presididos por representantes do próprio governo municipal, o que era vedado pela legislação.

Outro dado encontrado que, na percepção dos autores, afronta a legislação, é que em 90% dos municípios os CACS/Fundeb estavam instalados no interior ou em espaços cedidos pelas secretarias municipais de educação. Isso poderia configurar eventual ingerência na autonomia do conselho, na medida em que se manteria dependente da infraestrutura municipal. Esse é um fato relevante quando se verifica que a maioria dos conselhos não possui recursos próprios.

Por fim, a pesquisa demonstra que os conselheiros compreendem como entraves à sua atuação as ausências às reuniões, a falta de compromisso de alguns conselheiros e a dificuldade de compreensão dos documentos para compreensão do arcabouço documental que deve ser analisado, o que é agravado quando se percebe que 80% dos conselheiros consultados não tiveram qualquer formação para integrar esse órgão participativo.

Já o artigo “Renewal of Basic Education Fund in Brazil: Disputes on Funding and Federal Distribution”, escrito por Andressa Pellanda e Daniel Cara (2021), compõe um número especial da revista *Norrag* intitulado “Domestic financing: tax and education”. A edição apresenta textos de autores de diversas localidades, todos demonstrando experiências locais sobre o financiamento educacional. O artigo produzido sobre o Brasil tem como foco a análise dos debates e disputas em torno da agenda para a aprovação do Fundeb permanente.

O texto aponta o Fundeb como a política educacional de maior sucesso no Brasil no que se refere à implementação, quando o compara com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN) – indicadas como políticas educacionais estruturantes no Brasil. Os autores indicam que, mesmo neste cenário, é necessário um aumento do aporte de recursos por parte da União ao fundo, visando a implementação do CAQ. Contudo, o processo de discussão em torno da aprovação do Fundeb permanente demandou disputas acerca da provisão de recursos, sua aplicação e efetividade.

Para Pellanda e Cara (2021), esses embates ocorreram, em síntese, em torno de dois grupos com concepções diversas: um primeiro, que defende a necessidade de ampliação de recursos a serem destinados ao Fundeb; outro, que indica a desnecessidade de maiores recursos, apresentando a privatização como alternativa para garantir a mínima participação estatal. Os autores caracterizam cada um desses grupos, explicitando suas principais defesas, e indicam as propostas que foram apresentadas no Congresso Nacional por cada um. Ao fim, é apresentada a vitória do primeiro grupo, uma vez que a proposta aprovada no Congresso Nacional foi a de ampliação da participação da União – com complementação de 23% ao fundo – bem como a previsão do CAQ.

No ano de 2022, Kalinca Leia Becker publicou o artigo “An analysis of Fundeb's contribution to the quality of public education in Brazilian municipalities”, na “Review of Development Economics”, que objetiva analisar os efeitos do Fundeb sobre os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) dos municípios brasileiros, bem como essa melhora influencia municípios no seu entorno. A autora parte

de um debate acerca do financiamento adequado para melhoria do desempenho de estudantes, considerando não apenas a destinação mínima de valores por aluno, mas também a eficiência na alocação dos recursos e, ainda, os fatores regionais.

O estudo realiza uma análise estatística descritiva, tendo como variável dependente a pontuação do Saeb nos municípios, assim considerada a nota média obtida pelos estudantes do 5º ano do ensino fundamental. A autora observa que a distribuição da pontuação do Saeb se assemelha à distribuição regional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que indica que parte das desigualdades regionais na educação pode ser explicada pelo contexto local, uma justificativa para que municípios com melhores resultados estejam localizados principalmente no sudeste brasileiro. Dentre esses fatores explicativos, considera a gestão educacional local como uma possível variável para a melhoria dos resultados educacionais. Como variáveis explicativas, considera o valor por aluno do Fundeb, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, índice de padrão de vida, índice de infraestrutura das escolas municipais e número médio de alunos por escola.

Como resultados, a autora indica que um aumento de 10% no valor aluno ano do Fundeb recebido pelos municípios resulta em uma melhora aproximada de um ponto no resultado do Saeb. Esses resultados podem ser devidos à garantia de um investimento mínimo por aluno ou também ao maior comprometimento da gestão local com a alocação dos recursos. Outro efeito do Fundeb percebido foi a transferência das matrículas do ensino fundamental de estados para municípios. Becker (2022) acredita que essa transferência da responsabilidade resulta em mais autonomia na alocação de recursos e na gestão, levando a uma gestão mais eficiente para a busca de uma educação de qualidade.

Aponta, ainda, que a distribuição de recursos do fundo para municípios de um mesmo estado tem o potencial de contribuir para a melhoria dos resultados educacionais de municípios vizinhos: o aumento de 10% no valor recebido pelos vizinhos contribui para aumentar a pontuação do Saeb do município em aproximadamente três pontos. Para a autora, esse resultado demonstra um efeito indutor do Fundeb na melhoria de gestão e

adoção de boas práticas na gestão da educação municipal, influenciando os municípios vizinhos para aprimoramento de suas práticas por meio da aprendizagem, imitação ou competição, o que gera melhores resultados do que o próprio recebimento direto de valores pela política.

O artigo “The role of the federal government in financing education: Effects of the Fundeb supplement in combating inequality between state educational systems in Brazil”, de Ursula Dias Peres, Cristiane Branco Capuchinho e Rogério Machado Limonti (2024), publicado na *Education Policy Analysis Archives*, tem como objetivo compreender em que medida o aporte de recursos federais, após a aplicação da regra de partilha do Fundeb transitório, produz efeitos na desigualdade interestadual das receitas disponíveis por aluno.

Para isso, realizam uma análise quantitativa, por meio da qual calculam a amplitude do valor máximo e mínimo disponível por aluno para cada rede estadual⁸, a partir da receita potencial destinada à aplicação em MDE e, ainda, da complementação da União, antes e após o seu recebimento via Fundeb. A desigualdade é medida pelo índice de Gini. A análise foi realizada em seis pontos temporais entre os anos de 2009 e 2020⁹.

Os autores constroem a análise mediante a criação de três cenários para identificar a amplitude da desigualdade entre os estados: o primeiro, no qual o cálculo da receita potencial por aluno é realizado com base nos percentuais da vinculação constitucional; um segundo, em que esse cálculo é realizado após a redistribuição de recursos do Fundeb no âmbito estadual; e um terceiro, no qual o cálculo se dá após a redistribuição de recursos do Fundeb no âmbito estadual aliado à complementação da União.

A confrontação dos dados do primeiro com o segundo cenário demonstra como os estados redistribuem suas receitas aos municípios, reduzindo, segundo os autores, a desigualdade financeira entre os entes de seu território. A consequência apontada, contudo, é a da diminuição de valores por aluno no âmbito das redes estaduais, colocando

⁸ A análise se deu nos 26 estados da federação. O Distrito Federal foi excluído, dada sua peculiaridade da estrutura federativa brasileira, uma vez que não possuindo municípios, não realiza a redistribuição intraestadual.

⁹ Foram analisados os anos 2009, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020.

os estados na condição de perdedores líquidos das receitas do Fundeb em até 51,71% dos recursos que teriam disponíveis por aluno. Contudo, quando se volta o olhar para o terceiro cenário, percebe-se como a complementação da União eleva os recursos para os estados que a recebem, o que mostra a importância de que o ente central exerça sua função supletiva para o aumento do valor mínimo por estudante nas redes estaduais.

Quando esses cenários são avaliados mediante a aplicação do índice de Gini, verifica-se que a redistribuição de recursos do Fundeb sem a complementação da União aprofunda a desigualdade entre os estados. Os autores apontam, assim, que a redistribuição dos recursos dos estados com os municípios alarga a desigualdade existente entre as diferentes redes estaduais. Essa desigualdade, contudo, é amenizada no cenário que conta com a complementação da União. Ademais, os autores ainda concluem que esse efeito redistributivo depende que a contribuição federal seja significativa. Por fim, indicam a necessidade de acompanhamento dos efeitos redistributivos do Fundeb permanente entre os diferentes entes, considerando especialmente os novos mecanismos instituídos pela EC 108/2020 e os efeitos da reforma tributária (Peres; Capuchinho; Limonti, 2024).

Da análise dos cinco textos, é possível perceber que todos são produções de autores brasileiros, que buscam a divulgação científica em âmbito internacional. Também se verifica que apenas um trabalho faz uma análise, em alguma medida, do Fundeb permanente (Pellanda; Cara, 2021). Portanto, as produções encontradas ainda estão centradas nos efeitos do Fundeb transitório.

Todas as produções destacam a importância das políticas de fundos para a redistribuição de recursos entre os estados e, também, entre os municípios de um mesmo estado. Contudo, os estudos divergem acerca da necessidade de ampliação de recursos para a educação, bem como em relação aos efeitos do Fundeb sobre resultados educacionais. Contudo, o estudo mais recente encontrado demonstra como a ausência de complementação da União na distribuição dos recursos do fundo aprofunda as desigualdades (Peres; Capuchinho; Limonti, 2024).

Outros aspectos presentes na produção analisada dizem respeito à necessidade de participação no monitoramento dos recursos do Fundeb, via CACS (Coutinho; Abranches, 2019); como as políticas de fundos influenciam uma gestão mais eficiente (Becker, 2022); e as disputas em torno da aprovação do Fundeb permanente (Pellanda; Cara, 2021).

5. FUNDEB COMO COMPONENTE DE ANÁLISE

Como já indicado, há trabalhos em que o Fundeb não se constitui como objeto central da investigação, mas é tratado como um dos elementos de análise dentro daquela produção. Embora estes trabalhos não objetivem discutir especificamente o Fundeb, trazem importantes apontamentos e conclusões sobre as políticas de fundos, que merecem ser aqui abordados. Nesta seção, será realizada uma sistematização dos principais achados destes textos.

Um fato amplamente identificado na literatura internacional é que as políticas de fundos exercem um importante papel na ampliação e redistribuição de recursos para a educação nacional (Global Education Monitoring Report Team, 2008; Unesco, 2010a; Unesco, 2010b; Verdisco; Pérez, 2010; Unesco; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2012; Luque; Bruns; Evans, 2012; Kosec, 2014; MEC, 2014; OCDE, 2014; World Bank, 2016; Cruz; Rolon; Vieira, 2020; OCDE, 2020b; Silva, 2020; OCDE, 2021a; OCDE, 2021b Al-Samarrai; Beneviste, 2022; Al-Samarrai; Lewis, 2022). Com isso, tem um efeito central na redução das desigualdades entre os estados, com destaque para a função supletiva da União (Unesco, 2010b; MEC, 2014; OCDE, 2020b; Loureiro; Cruz; Mello, 2022; Global Education Monitoring Report Team; World Bank; Unesco, 2023). Também é percebido um aumento do valor per capita praticado na educação brasileira (Kosec, 2011; Luque, Bruns; Evans, 2012; Evans; Kosec, 2012; Rivas, 2019; OCDE, 2020a), especialmente em áreas mais pobres (OCDE, 2021a; Loureiro; Cruz; Mello, 2022; Al-Samarrei; Beneviste, 2022; Al-Samarrai; Lewis, 2022) e para pequenos municípios (Loureiro; Cruz, 2020).

Contudo, alguns trabalhos apontam que, no âmbito do Fundef e do Fundeb provisório, o mecanismo de redistribuição tinha como efeitos indesejados privilegiar municípios ricos em estados pobres em detrimento de municípios pobres em estados ricos (Kosec, 2011; Kosec, 2014). Ainda que houvesse um aumento de recursos para as regiões mais pobres, em especial no Norte e Nordeste do Brasil, não havia garantia de um nível de investimento adequado por estudante (Evans; Kosec, 2012). Esse cenário seria agravado nas regiões mais pobres, pela instabilidade de recursos do fundo em razão dos impactos sofridos por causa dos ciclos econômicos (Loureiro; Cruz; Mello, 2022).

Luque, Bruns e Evans (2012) apontam que as políticas de fundos possuem um importante papel nos progressos percebidos na educação brasileira. Isso é corroborado por efeitos apontados na produção analisada, atribuídos ao Fundeb: a ampliação das matrículas na educação básica (Rodriguez, 2008; World Bank, 2016; Loureiro; Cruz; Mello, 2022); a redução de crianças e adolescentes fora da escola (Unesco, 2016); o aumento nos gastos com infraestrutura e aumento no superávit orçamentário per capita (Kosec, 2014); o aumento da remuneração dos professores (Luque; Bruns; Evans, 2012; OCDE, 2014; Unesco, 2013; Unesco, 2015); e a descentralização dos recursos e seu efeito indutor na municipalização das matrículas (Neri; Buchmann, 2007). As políticas de fundos também são indicadas como parte das reformas educacionais que resultaram na melhoria dos dados de conclusão das diferentes etapas da educação básica, bem como no aumento do número de anos de escolaridade da população brasileira (World Bank, 2016).

Sobre a remuneração dos professores, relatório do World Bank (2022) apresenta a expectativa de que as normas do Fundeb permanente colaborem para a melhoria da remuneração dos profissionais da educação, visando à redução da disparidade do salário por eles recebidos com outros profissionais com mesmo nível de formação, tornando, assim, a profissão mais atrativa.

Há trabalhos que atentam para os efeitos da política sobre etapas ou modalidades específicas da educação básica. Parte dessas produções indica que o Fundeb teve como consequência a ampliação de recursos e de matrículas na educação infantil (Neri;

Buchman, 2007; World Bank, 2008; Kaga; Benett; Moss, 2010; Kosec, 2011; Luque, Bruns; Evans, 2012; Evans; Kosec, 2012; Unesco; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2012; Didonet, 2013; Kosec, 2014). Contudo, percebem uma menor aplicação de recursos em municípios mais ricos e desiguais, de forma que, no que diz respeito a essa etapa educacional, os municípios mais pobres foram os maiores beneficiários da política.

O estudo de Nunes, Corsino e Didonet (2010) aponta que mesmo com a ampliação de recursos para a creche por meio do Fundeb – fruto de uma intensa mobilização social para a inclusão das matrículas na etapa como beneficiárias da política –, os mesmos não são suficientes para o financiamento da expansão desta oferta, o que levou o governo federal a criar outros programas para esse fim. Esses autores ainda chamam a atenção para a ponderação das matrículas realizadas no Fundeb transitório, considerando a creche em tempo integral. Esclarecem que mesmo com um valor maior nesses casos, não se considera o efetivo custo da oferta em tempo integral, o que não gera um estímulo aos municípios para sua ampliação.

Por outro lado, Didonet (2013) indica como efeitos do Fundeb a inclusão efetiva da educação infantil na educação básica, especialmente sob a ótica do financiamento; o reconhecimento dos professores da educação infantil como profissionais da educação, cuja valorização deve ser buscada pela política de fundos, enfrentando o tradicional desprestígio desses profissionais; o estímulo à ampliação de matrículas nessa etapa educacional, uma vez que, com um maior número de matrículas, os municípios passam a receber mais recursos do fundo; a paridade econômica que essa etapa educacional recebe em relação ao ensino fundamental e médio.

Outra etapa educacional que é objeto de investigação na literatura internacional é o ensino médio. O trabalho de Mercadante (2019) indica que o Fundeb transitório melhorou a alocação de recursos para essa etapa, mas não foi suficiente para resolver os problemas de financiamento para a educação básica no país. A educação profissional e tecnológica, ademais, é objeto da análise de Amaral, Almeida e Felício (2016), que indica que, após a aprovação do Fundeb transitório, há um aumento de recursos para essa modalidade,

gerando efeitos sobre a expansão da rede federal. Estudo anterior de Regattieri e Castro (2013) já trazia elementos da importância do Fundeb para a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio.

Estudo da Unesco (2008b) demonstra como a inclusão da educação de jovens e adultos (EJA) no Fundeb passou a ser desvantajosa, na medida em que limitava a aplicação dos recursos nesta modalidade educacional a 15% dos recursos do fundo, além de contabilizar as matrículas com fator de ponderação de 0,7 – o que na prática significava que as matrículas em EJA valiam menos do que as matrículas de outras modalidades para a distribuição dos recursos. Essas limitações indicam que a modalidade não está estabelecida como uma prioridade para o financiamento pela política de fundos. Milana (2016) aponta, como consequência, a ocorrência de entraves para a expansão da modalidade, uma vez que o incremento de recursos no estado de São Paulo, por exemplo, não ultrapassou 7% daqueles recebidos via Fundeb, proporção inferior ao limite estabelecido. Ainda assim o estudo aponta que a garantia do financiamento por meio de um valor mínimo por estudante abriu novas perspectivas para a EJA. Outro estudo da Unesco (2008a) aponta a necessidade de que esses recursos sejam utilizados também para o financiamento da educação nas prisões.

Outra modalidade educacional abordada na literatura internacional é a da educação especial, com destaque para a dupla contagem das matrículas de estudantes que recebem atendimento educacional especializado (AEE). Esses valores corresponderam, no ano de 2015, a 20% do total de recursos federais destinados ao financiamento da educação especial (Mauch; Santana, 2017).

Também há análises acerca dos efeitos percebidos na gestão dos recursos. Um efeito indicado nesse sentido é o de que grande parte dos municípios já aplicavam além do mínimo constitucional em educação anteriormente à implementação das políticas de fundos. Com o recebimento dos recursos do Fundeb, os municípios passaram a aplicar em outras rubricas o valor excedente ao mínimo constitucional anteriormente destinado à manutenção de seus sistemas de ensino (Kosec, 2014).

A literatura também demonstra uma preocupação com a gestão da aplicação e controle dos recursos. A Unesco (2016) aponta problemas em torno da falsificação de dados de matrícula realizada por alguns entes, no âmbito do Fundef, visando ampliar os valores a serem recebidos do fundo. De acordo com o relatório (Unesco, 2016), o Fundeb transitório reduziu drasticamente essa lacuna, na medida em que a quantidade de matrículas passou a ser controlada pela União, via Censo Escolar, com mais rigor metodológico na informação das matrículas. Nesse sentido, a implementação do Fundeb colaborou para a melhoria dos registros de dados educacionais em torno das matrículas na educação básica.

Há produções que indicam a existência dos CACS/Fundeb como mecanismos de controle social dos recursos (Unesco, 2010a; Global Education Monitoring Report Team; 2017; Medrano; Carvalho, 2021). Luque, Bruns e Evans (2012) apontam que, ainda que sejam um elemento importante, não foram suficientes para evitar o desvio das verbas destinadas ao Fundef, havendo necessidade de criação de estratégias para impedir a corrupção. Entre os achados dessa produção, encontra-se o de que os municípios nos quais foram identificados desvios apresentavam piores resultados no que se refere à qualidade da educação e às taxas de reprovação e abandono. Apontam, portanto, a necessidade de adoção de estratégias de gestão mais transparentes e adequadas dos recursos.

O tema sobre a relação do Fundeb com a melhoria de resultados educacionais também está presente nas produções internacionais, ainda que haja divergências na literatura analisada. Se, por um lado, há trabalhos que demonstram a ausência de relações, há outros que indicam o impacto das políticas de fundos para a melhoria dos resultados.

O trabalho de Nascimento, Becker e Mendonça (2020) conclui pela ausência de relações entre o aumento do investimento e a melhoria nos resultados. O trabalho realiza uma análise envoltória dos dados (DEA, no acrônimo em inglês) relacionando o resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com diversos indicadores, entre os quais os recursos do Fundeb. Esses autores apontam que o modelo de redistribuição do Fundeb transitório não considerava a necessidade de alocação de recursos para os municípios pobres, o que gerava impacto nos resultados educacionais. Há outros

trabalhos que não identificam melhorias consideráveis nos resultados educacionais, mesmo com a ampliação dos recursos (OCDE, 2010; Boueri et. Al., 2014), ainda que isso possa ser creditado, também, às escolhas políticas locais, no contexto do federalismo brasileiro (World Bank, 2016).

Contudo, Loureiro, Cruz e Mendoça (2022) indicam que o Fundeb não resulta apenas na melhoria nos índices de acesso e conclusão das diferentes etapas da educação básica, como também em incrementos nos indicadores de aprendizagem, encontrando correlação positiva entre o aumento dos recursos do fundo com os resultados educacionais. Al-Samarrai e Beneviste (2022) também encontram, como efeito do Fundeb, a partir de uma revisão da literatura, a redução da desigualdade nos resultados educacionais no país, com especial destaque para a melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática para os estudantes mais pobres do ensino médio, o que é confirmado no trabalho de Al-Samarrai e Lewis (2022). Outros trabalhos analisados, que se apoiam especialmente em revisões de literatura, também sistematizam os efeitos do Fundeb sobre a melhoria dos resultados educacionais (Luque; Bruns; Evans, 2012; OCDE, 2014; Leclerq, 2014).

É importante, ainda, retratar os limites indicados na literatura analisada, em especial nos estudos que discutem o Fundeb transitório. O estudo de Al-Samarrai e Lewis (2022), ao comparar o Fundeb com políticas de financiamento de outros países baseadas em custos, aponta que o estabelecimento de um mínimo a ser investido por estudante a partir da disponibilidade das receitas que compõem os fundos gera uma instabilidade e volatilidade dos recursos para a educação básica. Assim, crises financeiras e queda na arrecadação conduz à consequente redução do investimento, desconsiderando os custos reais da oferta educacional e privando os sistemas educacionais de recursos durante períodos de crise, nos quais as necessidades são maiores. Nesse mesmo sentido, relatório da OCDE (2020a) aponta que a forma de distribuição de recursos pelo Fundeb a partir da disponibilidade financeira não permite o financiamento de condições de qualidade, recomendando a adoção do CAQ como parâmetro de investimento mínimo de recursos

por estudante, o que já era indicado no trabalho de Nunes, Corsino e Didonet (2010). Essa recomendação está presente em outros relatórios de organismos internacionais (Global Education Monitoring Report Team, 2008; Unesco, 2015).

Outros trabalhos apontam como um desafio a ser superado o financiamento voltado à melhoria da qualidade, bem como as disputas pelos recursos entre estados e municípios e a melhoria de mecanismos de eficiência na aplicação dos recursos (OCDE, 2010). Mesmo com o caráter redistributivo do fundo, mantém-se a desigualdade de recursos disponíveis, uma vez que se trata essencialmente de uma política de redistribuição intraestadual (Unesco, 2018). Apresentam-se, portanto, recomendações de criação de um fundo nacional de redistribuição ou o aumento do valor mínimo a ser praticado (OCDE, 2014). Outro desafio retratado é o relativo à perda de recursos de municípios pobres, mas com poucas matrículas, em detrimento de municípios com maior quantidade de alunos matriculados (OCDE, 2020a).

Já o trabalho de Mercadante (2019) alerta para os problemas relacionados à disputa pelo fundo público com a possibilidade de destinação de recursos do Fundeb para instituições privadas no âmbito da educação profissional e tecnológica. O autor esclarece que se trata de uma forma de privatização não prevista anteriormente na legislação brasileira. Essa prática, para o autor, deve ser analisada no cenário de ausência de recursos para o financiamento de condições de qualidade, em que se considera a possibilidade de destinar recursos para instituições privadas ao invés de se buscar a superação das deficiências na infraestrutura das instituições públicas, da falta de professores e, especialmente, de professores com formação adequada para as disciplinas que lecionam, além de sua baixa remuneração.

É importante considerar que muitas das recomendações presentes na literatura internacional referentes ao Fundeb transitório foram incorporadas nos novos mecanismos de (re)distribuição do Fundeb permanente. O primeiro deles é a distribuição nacional de recursos a todos os municípios e não apenas dentro de um mesmo estado, o que foi incorporado por meio da complementação-VAAT. Relatório do World Bank (2022) sugere o potencial desse mecanismo em aumentar significativamente o custeio por aluno nos

municípios mais pobres, evitando transferências desnecessárias aos municípios mais ricos.

A OCDE (2020a; 2021a; 2021c) indica em alguns relatórios a necessidade de se utilizar o Fundeb como um mecanismo de indução das políticas orientadas para resultados, bem como de fortalecer a supervisão e a integridade do setor público na educação – fenômeno que é incorporado no Fundeb permanente. Igualmente, pontua a necessidade de fortalecimento na transparência dos dados de financiamento.

Relatórios da OCDE (2021a; 2021b) apontam o Fundeb permanente tem o potencial de maior redução das disparidades regionais em relação aos recursos disponíveis, de oferecer mais apoio aos entes mais pobres e de ampliar os investimentos da União na educação básica. Há estudos que dão destaque aos mecanismos de vinculação da redistribuição de recursos aos resultados em testes educacionais, por meio da complementação-VAAR (OCDE, 2021c; Velasco, 2021). Al-Samarrai e Lewis (2022) trazem uma nota acerca da aprovação da nova política, indicando a presença de uma fórmula de redistribuição da complementação da União baseada em resultados a partir do que chama de “experiência de sucesso” do Ceará, um ponto reforçado por outro relatório da OCDE (2020a).

Outro aspecto está relacionado à análise das condições socioeconômicas de municípios, considerando que municípios pobres, com poucas matrículas, acabam perdendo recursos para municípios com capacidades econômicas superiores, mas com maior número de alunos matriculados (OCDE, 2020a). No Fundeb permanente, esse problema foi parcialmente abordado por meio da ponderação pelo indicador de nível socioeconômico.

Ainda, a presença de elementos relativos ao desempenho escolar, como frequência e aprendizagem; escolha dos diretores por critérios de mérito com a participação da comunidade escolar; a participação obrigatória de, pelo menos, 80% dos estudantes nas avaliações do Saeb; a redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais captadas pelas avaliações nacionais de aprendizagem; a instituição de um sistema de

colaboração entre estados e municípios mediante repartição do ICMS Educação e o alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também são apontados na literatura internacional como avanços alcançados com o Fundeb permanente (World Bank, 2022), os quais foram traduzidos em condicionalidades do VAAR, por sua vez enumeradas na regulamentação da política.

O que se percebe com os trabalhos mencionados nesta seção é que há uma vasta discussão sobre as políticas de fundos e debates sobre seus efeitos, tanto no que se refere ao potencial redistributivo, à ampliação de recursos e à ampliação do acesso a diferentes etapas e modalidades, quanto em seus efeitos sobre resultados educacionais. A despeito das diferenças de abordagens e eventuais discordâncias quanto à interpretação dos avanços, lacunas e desafios do Fundeb, a literatura internacional tem concordado quanto a importância dessa política e seu reconhecimento como uma peça-chave da política educacional brasileira.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão da literatura realizada, percebe-se que o Fundeb tem sido objeto de atenção por parte da literatura internacional. Essa temática está mais presente em produtos desenvolvidos por organismos internacionais e é pouco encontrada em periódicos científicos estrangeiros. Também se percebe que a produção é assinada tanto por pesquisadores brasileiros, em especial nas publicações em periódicos, quanto por autores estrangeiros.

Cabe ressaltar, contudo, que, na maior parte dos trabalhos coletados, o Fundeb é apenas citado, sem qualquer aprofundamento sobre esse objeto que torne relevante mencioná-los nesta revisão. Embora essas produções tenham um papel de divulgação da política – uma vez que reconhecem e, em alguma medida, discutam sua existência –, não se constituem como trabalhos que apresentem contribuições importantes sobre a política.

Na análise qualitativa dos trabalhos sobre Fundeb, ou nos quais ele é um componente de análise, é possível identificar uma preocupação com a descrição e explicação de como a política opera, com ênfase em seu papel redistributivo e o caráter

supletivo da complementação da União. O que chama especial atenção é a diversidade de debates encontrados nos trabalhos, que olham tanto para aspectos mais gerais da política, quanto seus efeitos em diferentes etapas e modalidades da educação, questões relativas ao controle da aplicação de recursos e suas associações com os resultados educacionais.

A literatura apresenta, de forma geral, alguns pontos de convergência e outros de divergência. O caráter redistributivo e de ampliação dos recursos conferido ao Fundeb parece ser um consenso na literatura internacional analisada. Igualmente, percebe-se que se atribui à política de fundos os efeitos relativos à redução das desigualdades das receitas disponíveis entre os entes federados, ainda que seja reconhecido que não tenham sido suficientes a uma efetiva equalização. Outro efeito largamente anunciado é como o Fundeb produz resultado na ampliação das matrículas da educação básica.

Contudo, há dissensos acerca dos efeitos do Fundeb sobre resultados em outros indicadores educacionais, a exemplo do desempenho em avaliações em larga escala, bem como a respeito da insuficiência ou necessidade de ampliação de recursos para o financiamento educacional. Trata-se de pontos centrais nas discussões relativas à disputa pelo fundo público, as quais estão explicitados nas produções analisadas.

Chama a atenção que diversas críticas e recomendações presentes nos textos que discutem o Fundeb provisório foram incorporadas para a edição do Fundeb permanente. Não se pode concluir que os novos mecanismos são necessariamente fruto de um papel indutor dessa produção, uma vez que a literatura nacional também sistematizava os limites das políticas anteriores à efetiva equalização do financiamento, bem como que houve uma intensa mobilização social em torno da construção e da aprovação da política. Entretanto, não se pode desconsiderar que as críticas também estão presentes na produção analisada.

Para concluir, os resultados apresentados indicam a importância dessa política para o financiamento da educação no Brasil. Percebe-se o quanto se reconhece que o Fundeb exerce um papel central nos avanços da educação básica no país e a demonstração de evidências para a defesa da manutenção desta política. Essa valorização, no entanto, não

invalida a existência de debates e discordâncias quanto às evidências do Fundeb para a melhoria da qualidade educacional e a necessidade de que os valores a serem investidos sejam orientados por custos e não exclusivamente pela disponibilidade financeira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; AMARAL, N.; FELICIO, F. de. **Assessing advances and challenges in technical education in Brazil**. Washington: World Bank, 2016. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/5a14026c-ba7b-578a-a60f-60d15365b549/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

AL-SAMARRAI, S.; BENVISTE, L. Financing education at the bottom of the pyramid. in WAGNER, D. A.; CASTILLO, N. M.; LEWIS, S; G. **Learning, marginalization, and improving the quality of education in low-income countries**. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2022, p. 193-221.

AL-SAMARRAI, S.; LEWIS, B. The role of intergovernmental fiscal transfers in improving education outcomes. World Bank, 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/f80ef0fc-22ee-519c-be88-bb0ada08c9e8>>. Acesso em: 28 set. 2025.

ALVES, D. H. Partisanship, cross-party coalitions, and social policymaking in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 59, n. 3, p. 570-587, set. 2024.

ALVES, T.; SILVEIRA, A. A. D.; BRUNO, D. de J. dos R. Financiamento da expansão da educação infantil em condições de qualidade: um estudo dos municípios da região metropolitana de Curitiba a partir do SIMCAQ. **Inter-ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 493-514, maio-ago. 2020.

BECKER, K. L. An analysis of Fundeb's contribution to the quality of public education in Brazilian municipalities. **Wiley**. *Rev Dev Econ*. 2022;1–18.

BERTONI, E.; ELACQUA, G.; MAROTTA, E.; MARTINEZ, M.; SANTOS, H.; SOARES, S. **Is school funding unequal in Latin America?: A cross-country analysis**. Inter-american development Bank, 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publications/english/viewer/Is-School-Funding-Unequal-in-Latin-America-A-Cross-country-Analysis.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2025.

BOUERI, R.; MAC DOWELL, M. C.; PINEDA, E.; BASTOS, F. **Analysis of public spending: an evaluation methodology for measuring the efficiency of brazilian state spending on education**. Inter-american development Bank, 2014. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publications/english/viewer/Analysis-of-Public->

Spending-An-Evaluation-Methodology-for-Measuring-the-Efficiency-of-Brazilian-State-Spending-on-Education.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRUNS, B.; EVANS, D.; LUQUE, J. **Achieving world-class education in Brazil: the next agenda**. Washington: World Bank, 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/4f1f0074-1e4d-559c-a347-1a9294db2918/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

COUTINHO, H. G.; ABRANCHES, A. de F. P. de S. A dinâmica dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb em municípios do Nordeste. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-15, 2019.

CRUZ, L.; LOUREIRO, A. **Achieving world-class education in adverse socioeconomic conditions: the case of Sobral in Brazil**. World Bank, 2020. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/9d7e0df8-8705-5bc0-9fff-3bfc6391372b/content>>. Acesso em: 27 set. 2025.

CRUZ, T.; SILVA, T. Minimum spending in education and the flypaper effect. **Economics of Education Review**. v. 77, ago. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272775719304042>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 20, n. 100, p. 831-855, out. 2007.

EVANS, D. K.; KOSEC, K. **Early child education: making programs work for Brazil's most important generation**. Washington: World Bank, 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a00539d8-f34d-5854-9208-4559e4279637/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

FABRINO, R. J. G.; VALLE, B. S. do.; GOMES, R. C. The cost of educational effectiveness: Evidence from financing basic education in Brazil. **The International Journal of Management Education**. v. 12, n. 2, p. 151-166, jul. 2014.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: filosofia da informação**. Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019.

GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT TEAM. **Educación para Todos en 2015 ¿Alcanzaremos la meta?** Informe de seguimiento de la EPT en el mundo 2008. Unesco, 2008. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000159125?posInSet=85&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT TEAM. **Rendir cuentas en el ámbito de la educación**: cumplir nuestros compromisos. Unesco, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261016?posInSet=79&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 27 set. 2025.

GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT TEAM; WORLD BANK; UNESCO. **Education finance watch 2023**. Unesco, 2023. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387042?posInSet=17&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

IPEA. **Estado da arte das teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica (2007-2024)**. Relatório institucional. Brasília: IPEA, 2025. No prelo.

KAGA, Y.; BENNETT, J.; MOSS, P. **Caring and learning together**: a cross-national study on the integration of early childhood care and education within education. Unesco, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187818?posInSet=31&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

KOSEC. K. **Politics and preschool: the political economy of investment in pre-primary education**. World Bank, 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1643745#>. Acesso em: 28 set. 2025.

KOSEC, K. Relying on the private sector: The income distribution and public investments in the poor. **Journal of Development Economics**, v. 107, p. 320-342, mar. 2014.

LECLERCQ, F. **BRICS: building education for the future; priorities for national development and international cooperation**. Unesco, 2014. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000229054?posInSet=41&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

LOUREIRO, A.; CRUZ, L.; MELLO, U. Brazil case study. In AL-SAMARRAI, S.; LEWIS, B. **The role of intergovernmental fiscal transfers in improving education outcomes**. World Bank, 2021. p. 201-233. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/f80ef0fc-22ee-519c-be88-bb0ada08c9e8>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MAUCH, C.; SANTANA, W. **School for all**: experiences of municipal public schools with inclusion of students with disabilities, ASD, GDD and high ability/giftedness. Unesco, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000251304?posInSet=19&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MEC. **Education for All in Brazil, 2000-2015**. Unesco, 2014. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230021?posInSet=6&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MEC. **Country paper**: status and major challenges of literacy in Brazil. Nigéria: Unesco, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191510?posInSet=2&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MEDRANO, R. M. A.; CARVALHO, W. L. Factors that influence the evaluation of the “Caminho da Escola” Program: An analysis based on the perception of managers, school principals and members of the social monitoring and control council. **Case Studies on Transport Policy**. v. 9, n. 4, p. 1677-1687, dez. 2021.

MERCADANTE, A. **Educação e capacitação técnica e profissional no Brasil**. Santiago: Cepal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/49d75f96-0604-4c39-b91a-324bf4bec47c/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MILANA, M. **Global networks, local actions**: Rethinking adult education policy in the 21st century. Routledge, 2017.

NASCIMENTO, M. G. L.; BECKER, K. L.; MENDONÇA, M. J. Implications of brazilian institutional guidelines on educational efficiency. **Economía**, v. 21, n. 1, p. 147-168, 2020.

NERI, M.; BUCHMANN, G. **Brazil**: country case study. Unesco, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000155530?posInSet=7&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 29 set. 2025.

NUNES, F.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Caring and learning together: a case study of Brazil.** Unesco, 2010. Disponível em: <
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187884?posInSet=1&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

OCDE. **Auditing decentralised policies in Brazil.** Paris: OCDE, 2010a. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2020/11/auditing-decentralised-policies-in-brazil_9cbd37d6/30023307-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

OCDE. **Education in Brazil: an international perspective.** Paris: OCDE, 2021a. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/06/education-in-brazil_e2a7cdf6/60a667f7-en.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

OCDE. **Education policy outlook in Brazil: with a focus on national and subnational policies.** Paris: OCDE, 2021b. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/09/education-policy-outlook-in-brazil-with-a-focus-on-national-and-subnational-policies_806bb8b4/5aa935d9-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

OCDE. **Investing in youth: Brazil.** Paris: OCDE, 2014. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2014/04/investing-in-youth-brazil_g1g3f7b6/9789264208988-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

OCDE. **National assessment reform: core considerations for Brazil.** . Paris: OCDE, 2021c. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/07/national-assessment-reform-core-considerations-for-brazil_6c6bd79f/333a6e20-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

OCDE. **OECD Economic Surveys Brazil.** . Paris: OCDE, 2020b. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2020/12/oecd-economic-surveys-brazil-2020_97cae631/250240ad-en.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

OCDE. **Reviews of national policies for education: Santa Catarina state.** Paris: OCDE, 2010. Disponível em: <
https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2010/10/reviews-of-national-policies-for-education-santa-catarina-state-brazil-2010_g1g114d6/9789264091344-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

PELLANDA, A.; CARA, D. Renewal of Basic Education Fund in Brazil: Disputes on Funding and Federal Distribution. **Norrag** Special Issue 5, p. 98 a 101, nov. 2020.

PERES, U. D.; CAPUCHINHO, C. B.; LIMONTI, R. M. The role of the federal government in financing education: Effects of the Fundeb supplement in combating

inequality between state educational systems in Brazil. *Education Policy Analysis Archivess*, v. 32, n. 24, p. 1-26, abr. 2024.

PINTO, J. M. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta educativa**, v. 2, n. 52, p. 24-40, 2019.

PINTO, J. M.; ALVES, T. O impacto financeiro da ampliação da obrigatoriedade escolar no contexto do Fundeb. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 605-624, maio/ago. 2011.

PINTO, J. M. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação e sociedade**. Campinas. V. 39, nº 145, p. 846-869, out.-dez., 2018.

RANIERI, N. B. S. Financing public education in Brazil: the constitutional framework. **School business affairs**, p. 16-19, mar. 2010.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. **Upper secondary** education and vocational education: challenges of integration. Unesco, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000222629?posInSet=20&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

RIVAS, F. **El Financiamiento de la educación en América Latina**: investigaciones y estudios 2013-2019. Unesco, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380346?posInSet=26&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

RODRIGUEZ, A.; DAHLMAN, C.; SALMI, J. **Knowledge and innovation for competitiveness in Brazil**. World Bank, 2008. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/ac2e66ea-444a-528e-bb28-2cad7643eba1/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

ROLON, C. E. K.; VIEIRA, M. G. F. **Rurality and education in Brazil**: inclusion of rural and remote populations in formal education in Brazil. *Global Education Monitoring Report*, 2020. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374673?posInSet=4&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

SINGH, M. MUSSOT, L. M. C. **Literacy, knowledge and development**: South-South policy dialogue on quality education for adults and young people. Unesco, 2007. Disponível em: <

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154153?posInSet=76&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 27 set. 2025.

UNESCO; CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Brazil:** access, permanence, learning and conclusion of Basic Education at the right age: a right of each and all children and adolescents: executive summary. Unesco, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225214?posInSet=5&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNESCO. **A política educativa de México desde una perspectiva regional.** Unesco, 2008a. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372213?posInSet=28&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNESCO. **Atención y educación de la primera infancia, informe regional:** América Latina y el Caribe. Unesco, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189212_spa?posInSet=29&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNESCO. **Background and criteria for teacher-policy development in Latin America and the Caribbean.** Unesco, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245226?posInSet=69&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 27 set. 2025.

UNESCO. **Critical issues for formulating new teacher policies in Latin America and the Caribbean:** the current debate. Unesco, 2015. Disponível em: <[s://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243639?posInSet=66&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243639?posInSet=66&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296)>. Acesso em: 27 set. 2025.

UNESCO. **Educación en prisiones en Latinoamérica:** derechos, libertad y ciudadanía. Unesco, 2008b. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162643?posInSet=60&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNESCO. **The Effect of varying population estimates on the calculation of enrolment rates and out-of-school rates.** Unesco, 2016. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246518?posInSet=12&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNESCO. **Youth and adult literacy in Brazil:** learning from practice. Unesco, 2008c. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640#:~:text=By%20commending%20>

and%20launching%20the%20book%20Youth%20and,promote%20critical%20learning%20among%20young%20and%20adult%20subjects.>. Acesso em: 28 set. 2025.

VELASCO, A. M. **El uso de los resultados de las pruebas de evaluación de los aprendizajes en el planeamiento de las políticas educativas en Brasil: informe nacional.** Buenos Aires: Unesco, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379597?posInSet=15&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

VERDISCO, A.; ALFARO, M. P. **Measuring education quality in Brazil.** Inter-american development Bank, 2010. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publications/english/viewer/Measuring-Education-Quality-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2025.

VITAL, D. **La Educación infantil en los países del Mercosur: un análisis comparativo de la legislación.** Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227043?posInSet=10&queryId=9eb2eadb-a2c4-4af7-b66b-fa4312f80296>>. Acesso em: 28 set. 2025.

WORLD BANK. **Brazil human capital review: investing in people.** Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/951f4d63-95f8-512b-ac09-45ef160a71f6>>. Acesso em: 28 set. 2025.

WORLD BANK. **Different paths to student learning: good practices and student performance - identifying success from municipal school systems in Brazil.** World Bank, 2008. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/ce3466f1-6037-54d5-9773-172c80bbd462/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.

WORLD BAK. **Retaking the path to inclusion, growth and sustainability: Brazil systematic country diagnostic.** Washington: World Bank, 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/958c6fc2-5cef-5380-aa36-c14992df3f57/content>>. Acesso em: 28 set. 2025.